

polo
Agroecológico e de
Produção Orgânica
da Zona da Mata-MG

Plano Regional do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata

Abril de 2025
Viçosa/MG



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano regional do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona Da Mata / organização Gabriel Bianconi Fernandes...[et al.] ; coordenação Thalita Rody, Isabela Leão Ponce Pasini, Gabriel Bianconi Fernandes ; ilustração Ramon da Silva Teixeira. -- Viçosa, MG : Ed. dos Autores, 2025.

Vários colaboradores.

Outros organizadores: Thalita Rody, Isabela Leão Ponce Pasini, Irene Maria Cardoso.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-51500-7

1. Agroecologia 2. Alimentos orgânicos 3. Minas Gerais (MG) 4. Políticas públicas I. Fernandes, Gabriel Bianconi. II. Rody, Thalita. III. Pasini, Isabela Leão Ponce. IV. Fernandes, Gabriel Bianconi. V. Teixeira, Ramon da Silva. VI. Rody, Thalita. VII. Pasini, Isabela Leão Ponce. VIII. Cardoso, Irene Maria.

25-277608

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agroecologia : Agricultura 630

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Gabriel Bianconi Fernandes

Thalita Rody

Isabela Leão Ponce Pasini

Irene Maria Cardoso

COORDENAÇÃO

Isabela Leão Ponce Pasini

Gabriel Bianconi Fernandes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Thalita Rody

REVISÃO

Thalita Rody

Irene Maria Cardoso

Isabela Leão Ponce Pasini

ILUSTRAÇÕES

Ramon da Silva Teixeira

DIAGRAMAÇÃO

Tatiane Taiga



TEXTOS

O Plano é resultado de um processo de construção coletiva que ocorreu nos anos de 2020 a 2025, do qual participaram representantes das organizações e movimentos que compõem o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. A seguir, os nomes das organizações que participaram da construção do Plano.



ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DO PLANO

AMEFA - Associação Mineira de Escolas Família Agrícola | **CARPEDIEM** - Viagens de Experiência e Governança de Destinos Comunitários | **CEIFAR** - Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata | **CPT** - Comissão Pastoral da Terra | **CTA-ZM** - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata | **Comissão** Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro | **ECOА/UFV** - Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia | **EMATER/MG** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais | **ENEP** - Escola Nacional de Energia Popular | **EPAMIG** - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais | **FETAEMG** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais | **FETRAF/MG** - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar | **FOMENE** - Fórum Mineiro de Entidades Negras | **IF** - Instituto Federal Sudeste de Minas, campi de **Muriaé e Rio Pomba** | **INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária | **ITCP/UFV** - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Federal de Viçosa | **LEGEC/UFV** - Laboratório de Estudos em Geopolítica do Capitalismo | **LICENA** Licenciatura em Educação do Campo | **MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens | **MAM** - Movimento pela Soberania Popular na Mineração | **MINAS** - Grupo de Estudos Mineração e Alternativas (UFV) | **MOC** - Movimento de Organização Comunitária | **MRP** - Movimento de Ressurgência Puri | Movimento de **Retomada Puri Uxo Txori** | **MOGICO** - Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (Juiz de Fora) | **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | **NACAB** - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens | **OCA** - Organização Cooperativa de Agroecologia | **PACAB** - Grupo de Pesquisa em Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade | **PJR** - Pastoral da Juventude Rural | **Rede** de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas | **Rede Raízes da Mata** | **Rede Sabor e Saúde da Serra** (Muriaé) | **Rede Sapoqui** - Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata | **SPG** - Sistema Participativo de Garantia Qualidade Orgânica e Agroecológica/**SPG-FLORIÔ** | **SPG** - Sistema Participativo de Garantia Qualidade Orgânica e Agroecológica/**SPG- Orgânicos da Mata** | **UEMG** - Universidade do Estado de Minas Gerais | **UFJF** - Universidade Federal de Juiz de Fora | **UFOP** - Universidade Federal de Ouro Preto | **UFV** - Universidade Federal de Viçosa | **UNICAFES** - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária | Associação **NEPA** - Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ABA** Associação Brasileira de Agroecologia
- AMA** Articulação Mineira de Agroecologia
- AMEFA** Associação Mineira de Escolas Família Agrícola
- ANA** Articulação Nacional de Agroecologia
- APAE** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APAs** Áreas de Proteção Ambiental
- APL** Arranjo Produtivo Local
- APPs** Áreas de Preservação Permanente
- ARSAE-MG** Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
- ARTE** Selo para Produtos Artesanais
- ASSESOAR** Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- Ater** Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAF** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CAFA** Central de Abastecimento da Agricultura Familiar
- CAPA** Centro de Aconselhamento do Pequeno Produtor
- CAR** Cadastro Ambiental Rural
- CBA** Companhia Brasileira de Alumínio
- CEB** Comissões Eclesiásticas de Base
- Cecane** Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
- CEDRAF-MG** Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais
- CEEPS-MG** Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais
- CEIFAR-ZM** Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata
- CEPCT-MG** Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais
- CERESAN** Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
- Cimos/MPMG** Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais
- CMDRS** Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNAPO** Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNPJ** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CNPq** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Codemas** Conselho Municipal de Defesa do meio Ambiente
- Conab/MDA** Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- CONSEA-MG** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
- COOPAF** Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária
- COOPERARCA-ZM** Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da

Zona da Mata

CPOrg Comissões da Produção Orgânica

CPT Comissão Pastoral da Terra

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CTA-ZM Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

DAP Declaração de Aptidão

DRPAs Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas

ECOA/UFV Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia

EFA Escola Família Agrícola

EIV Estágio Interdisciplinar de Vivências

Emater Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENEP Escola Nacional de Energia Popular

EPAMIG Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ESF Estratégia Saúde da Família

FAPEMIG Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais

FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEAB Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FEAM Fundação Estadual de Meio Ambiente

FEI Farm Experience Internship

FETRAF-MG Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fomene Fórum Mineiro de Entidades

Negras

FOPPIR Fórum Permanente pela Igualdade Racial

Funai Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GAAV Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa

GT Grupo de Trabalho

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEF Instituto Estadual de Floresta

IEPHA Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFs Institutos federais

IGAM Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Intcoop/UFJF Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Juiz de Fora

ITCP/UFV Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Federal de Viçosa

Licena Licenciatura em Educação do Campo

MAB Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MMA Ministério do Meio Ambiente e

Mudança do Clima

MMZML Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas

MOBON Movimento da Boa Nova

MOC Movimento de Organização Comunitária

MPF Ministério Público Federal

MPMG Ministério Público de Minas Gerais

MRP Movimento de Ressurgência Puri

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NACAB Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

NEA Núcleos de Estudos em Agroecologia

Nepa/UFJF Núcleo de Apoio às Práticas Educativa da Universidade Federal de Juiz de Fora

OCA Organização Cooperativa de Agroecologia

OCS Organizações de Controle Social

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG Organização não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

OPAC Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PATAC Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas às Comunidades

PCHs Pequenas Centrais Hidrelétricas

PCTs Povos e Comunidades Tradicio-

nais

PDS Projetos de Desenvolvimento Sustentável

PEAPO Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PEARA Política Estadual de Redução de Agrotóxicos

PEPIC Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares

PESB Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

PJR Pastoral da Juventude Rural

Planapo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNCF Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNPIC Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

PNPMF Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia

Pronaf Programa Nacional de Crédito da Agricultura Familiar

Pronara Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos

PT/MG Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais

PTA Projeto Tecnologias Alternativas

REDE/MG Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte

RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAFs Sistemas Agroflorestais

Sapoqui Rede de Saberes dos Povos

Quilombolas da Zona da Mata

SEAPA-MG Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

SEDESE Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEMAD Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SENAF Selo Nacional da Agricultura Familiar

Senar Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sintraf Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar

SPG Sistema Participativo de Garantia

STR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUPRAM Superintendências Regionais de Meio Ambiente

SUS Sistema Único de Saúde

TBC Turismo de Base Comunitária

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

UFV Universidade Federal de Viçosa

Unicafes União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária

SÚMARIO

1. Apresentação	14
2. Introdução	17
2.1. Histórico de construção do Plano do Polo	17
2.2. Trajetória da Rede de Agroecologia da Zona da Mata	19
3. Diagnóstico	27
3.1. Breve Caracterização da Zona da Mata Mineira	27
3.2. Panorama atual dos sujeitos e das pautas do Polo Agroecológico	30
3.2.1. Terra e território	30
3.2.2. Espiritualidade e religiosidade	32
3.2.3. Raça e questão étnico-racial	33
3.2.4. Comunidades negras rurais e quilombolas	34
3.2.5. Produção agroecológica	35
3.2.6. Cultura e Comunicação Populares	37
3.2.7. Comercialização e acesso aos mercados	39
3.2.8. Juventudes	40
3.2.9. Infâncias	41
3.2.10. Mulheres	42
4. Gestão e Monitoramento	45
5. Princípios e diretrizes	46
6. Eixos e objetivos	48
7. Metas e iniciativas	51
Eixo 1: Terra e Território	53
Eixo 2: Produção	56
Eixo 3: Economia Popular, Comercialização e Consumo	61
Eixo 4: Educação, Formação e Conhecimento	67
Eixo 5: Bens Comuns e Sociobiodiversidade	76
Eixo 6: Cultura e Comunicação Populares	85
Eixo 7: Saúde Popular e Práticas Tradicionais	90
Referências	99

I. Textos Introdutórios

1. Apresentação

A Zona da Mata de Minas Gerais foi instituída como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica por meio da Lei Estadual nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018¹, de autoria do deputado Rogério Correia. A Lei criou uma institucionalidade até então inédita no marco dos instrumentos de apoio à agroecologia, pois reconheceu o processo que ocorre na região há mais de três décadas, impulsionado por um amplo conjunto de instituições, comunidades e movimentos da região.

O reconhecimento da Zona da Mata como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica significa que ela passa a ser oficialmente identificada como um território estratégico para o fomento de práticas agroecológicas e de produção orgânica. Essa legitimidade contribui significativamente para a agroecologia na região, pois estimula a articulação entre agricultoras/es, povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, instituições de pesquisa, universidades e poder público em torno de políticas públicas, formação técnica, apoio à comercialização e acesso a recursos. Além disso, o reconhecimento como Polo fortalece a visibilidade das práticas agroecológicas locais, valoriza os saberes tradicionais, impulsiona a organização comunitária e amplia a capacidade de incidência política das comunidades, fortalecendo a transição para sistemas alimentares mais justos e saudáveis.

A Zona da Mata foi pioneira na implementação desse tipo de legislação. Na sequência, foram implementados o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e do Sudoeste de Minas Gerais (Lei Estadual nº 23.939, de 23 de setem-

¹ MINAS GERAIS. Lei nº 23.207, de 27/12/2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23207/2018/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

bro de 2021²), o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Norte de Minas Gerais (Lei Estadual nº 24.176/2022, de 14 de junho de 2022³) e, mais recentemente, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do Colar Metropolitano (Lei Estadual nº 25.036, de 26 de novembro de 2024⁴).

O aspecto inovador da constituição do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata reconhece as lutas das famílias agricultoras e das comunidades camponesas, quilombolas e Puri da Zona da Mata. Além disso, reforça a conexão dessas lutas aos instrumentos estaduais de promoção da agroecologia, como a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014⁵), e aos processos nacionais, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012⁶), a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006⁷) e a regulamentação da agricultura orgânica (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003⁸), entre outras.

O Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica, aqui apresentado, foi elaborado, portanto, como desdobramento da Lei e inspirado no I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo. O Plano foi construído de forma participativa, como um instrumento de planejamento que organiza as propostas em grandes temas e detalha seus princípios e suas estratégias de implementação. O documento apresenta, ainda, a rede de parceiras/os e as bases a serem fortalecidas nas diversas frentes de trabalho que promoverão o fortalecimento da agroecologia nos próximos anos.

2 MINAS GERAIS. Lei nº 23.939, de 23/09/2021. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23939/2021/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

3 MINAS GERAIS. Lei nº 24.176, de 14/06/2022. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24176/2022/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

4 MINAS GERAIS. Lei nº 25.036, de 26/11/2024. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do seu Colar Metropolitano. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/25036/2024/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

5 MINAS GERAIS. Lei nº 21.146, de 14/01/2014. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo – e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21146/2014/?cons=1>. Acesso em: 12 abr. 2025.

6 BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

7 BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

8 BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1. Acesso em: 12 abr. 2025.

Esta primeira versão do Plano está organizada em duas seções: a primeira traz uma breve introdução, que reúne os marcos temporais dessa construção; um diagnóstico resumido sobre a agroecologia na região; e breves apontamentos sobre os processos de gestão e monitoramento previstos para a execução do Plano. A segunda seção apresenta as diretrizes, os objetivos, os eixos, as metas e as iniciativas do Plano. No total, sete eixos articulam as propostas do Polo: Terra e Território; Produção; Economia Popular, Comercialização e Consumo; Educação, Formação e Conhecimento; Bens Comuns e Sociobiodiversidade; Cultura e Comunicação Populares; e Saúde Popular e Práticas Tradicionais.

Este documento tem como objetivo orientar a atuação de entidades e parceiras/os da Zona da Mata em defesa da agroecologia e subsidiar a formulação de programas e políticas públicas, como o próprio Polo.

Em um contexto nacional e global marcado pelo avanço da extrema direita, pela escalada de guerras e conflitos em várias regiões do mundo, pela recorrência de desastres climáticos e pela persistência da fome, a agroecologia se apresenta, cada vez mais, como estratégia para alcançar a soberania e segurança alimentar e nutricional e a justiça social. Encontrar caminhos para exercer a cidadania ativa e investir esforços coordenados na luta pela garantia de direitos e em defesa da vida, da agricultura camponesa, dos povos e comunidades tradicionais e da cultura popular que pulsa neste território são compromissos da rede de movimentos e organizações sociais, de instituições de ensino, pesquisa e extensão e das comunidades que constroem o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata e mantêm acesas e renovadas a resistência, a animação e a esperança!

2. Introdução

2.1. Histórico de construção do Plano do Polo

A proposta de criação do Polo surgiu em 2017, como resultado do Seminário Regional em Defesa da Agricultura Familiar⁹, organizado em Muriaé/MG, por Cresol, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR-ZM), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Unicafes) e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-MG). Após articulações com o mandato do, à época, deputado estadual Rogério Correia (PT/MG), foi possível elaborar um projeto de lei voltado a essa proposta. Com a sanção da lei, no final de 2018, iniciou-se um processo de articulação política pelas organizações e pelos movimentos do campo agroecológico e formou-se o Comitê do Polo, espaço de articulação dessas organizações¹⁰.

Em um contexto político estadual desfavorável às políticas de apoio à agricultura familiar, a alternativa encontrada pela sociedade civil organizada e por movimentos sociais foi a de construir o Plano Regional de Agroecologia e de Produção Orgânica, o Plano do Polo, como forma de mobilização em torno da construção do Polo e de apropriação de sua proposta.

9 Discussão levantada no Seminário em defesa da Agricultura Familiar, em Muriaé, em 23 de fevereiro de 2017.

10 PASINI, Isabela Leão Ponce et al. Polo agroecológico e de produção orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9353>. Acesso em: 12 abr. 2025.

O esforço para elaborar o Plano ocorreu de forma descentralizada e por meio de contribuições de diversos setores. Com o intuito de garantir a construção participativa, em agosto de 2019 houve o primeiro encontro do Comitê do Polo, na sede do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Viçosa/MG. O encontro foi aberto às/aos parceiras/os e às pessoas, organizações e entidades interessadas em participar dessa construção, com o objetivo de aprofundar a concepção e a elaboração de estratégias a serem adotadas para a implementação do Polo, entre elas, a elaboração do Plano Regional do Polo.

Em outubro de 2019, foi realizado o segundo encontro, que reuniu mais de 20 organizações e representantes de diferentes municípios para avançar na definição dos eixos, das metas e das iniciativas do Plano Regional. Além das organizações sociais, estiveram presentes assessoras/es de deputadas/os que apoiam a agroecologia e que assumiram o compromisso de articulação do Polo junto à Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Diante do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, as organizações envolvidas na construção do Plano continuaram a se reunir de forma virtual, a consultar órgãos públicos, parlamentares, cientistas e técnicas/os e a buscar informações para qualificar o Plano¹¹.

Mais de 50 pessoas participaram diretamente das mais de 40 reuniões virtuais realizadas para elaboração do pré-Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica da Zona da Mata¹². Esse processo foi inspirado na experiência que integrantes da equipe do CTA-ZM e professoras/es da UFV adquiriram através da participação na elaboração e implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo. Para a construção do Plano do Polo, duplas formadas por pessoas reconhecidas na região por sua atuação no tema ficaram responsáveis por convocar e animar as reuniões temáticas. Além disso, havia uma dupla responsável pela mobilização e sistematização geral do processo. O Plano aqui apresentado é o resultado da sistematização desse processo regional de consultas, debates e elaboração coletiva.

O processo de elaboração do Plano foi, ao mesmo tempo, um processo de mobilização regional do Polo. Como forma de mobilização, no período da pandemia, foram realizadas 11 reuniões virtuais ampliadas do Polo. Esses encontros mobilizaram mais de 500 pessoas, das quais 56% eram mulheres, e trataram de temas como apresentação do Polo, Campanha Periferia Viva¹³, compras institucionais, Iniciativa Agroecologia nos Municípios – promovida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ações emergenciais para enfrentamento

11 AGROECOLOGIA EM REDE. Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata. [S. l.]: AeR, 2022. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/polo-agroecologico-e-de-producao-organica-da-zona-da-mata/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

12 MOURA, Lílian. Construção do Plano Regional do Polo Agroecológico da Zona da Mata segue avançando de maneira virtual. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/construcao-do-plano-regional-do-polo-agroecologico-da-zona-da-mata-segue-avancando-de-maneira-virtual-695>. Acesso em: 12 abr. 2025.

13 PASINI, Isabela. Conheça a Campanha Periferia Viva. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/conheca-a-campanha-periferia-viva-706>. Acesso em: 12 abr. 2025.

da insegurança alimentar agravada pela pandemia, acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Crédito da Agricultura Familiar – Pronaf (DAP), orçamento público, impactos da mineração, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e experiências de comercialização de comunidades quilombolas de Minas Gerais. As ações de comunicação chegaram a alcançar um público estimado de mais de 50.000 pessoas, entre mídias sociais, podcasts, website, lives, entrevistas e materiais de comunicação impressos.

No mesmo período, a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA)¹⁴, no âmbito estadual, e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no âmbito nacional, promoviam a Iniciativa Agroecologia nas Eleições¹⁵, que, posteriormente, se desdobrou na Iniciativa Agroecologia nos Municípios¹⁶. Como parte desta ação, propostas prioritárias do Plano foram debatidas com candidatas/os nas eleições locais, de 2020, e gerais, de 2022, o que aumentou o número de parlamentares apoiadoras/es da agroecologia eleitas/os.

A priorização de propostas foi possível graças à mobilização em torno da elaboração do Plano, que permitiu identificar um conjunto de anúncios, denúncias e propostas importantes para a região, tais como: a ameaça da mineração; a visibilidade e auto-organização de sujeitos do campesinato, como as comunidades quilombolas e o povo da etnia Puri; a pauta racial na sua interface com o movimento agroecológico; o papel socioeconômico das mulheres na agricultura; e a certificação orgânica por meio de um sistema participativo de garantia.

2.2. Trajetória da Rede de Agroecologia da Zona da Mata

O surgimento da Agroecologia no Brasil, inicialmente conhecida como Agricultura Alternativa, é a expressão de um conjunto diverso de dinâmicas sociais, em distintos contextos, que reflete o entrelaçamento, no tempo e no espaço,

14 MARINHO, Wanessa. Articulação Mineira de Agroecologia apresenta propostas do movimento agroecológico para as eleições municipais. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/articulacao-mineira-de-agroecologia-apresenta-propostas-do-movimento-agroecologico-para-as-eleicoes-municipais-708>. Acesso em: 12 abr. 2025.

15 COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Estudo divulgado pela ANA aponta desmonte das políticas públicas federais. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020a. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/ana-apresenta-propostas-de-politicas-de-apoio-a-agricultura-familiar-agroecologia-e-soberania-e-seguranca-alimentar-702>. Acesso em: 12 abr. 2025.

16 COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. “Municípios Agroecológicos” vira mapa de boas práticas de incentivo à produção de alimentos. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020b. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/municipios-agroecologicos-vira-mapa-de-boas-praticas-de-incentivo-a-producao-de-alimentos-710>. Acesso em: 12 abr. 2025.

de diferentes formas e processos de militância política e de organização social articulados em variadas escalas¹⁷. Essa expressão é resultado da combinação de efeitos da crise econômica e do processo de redemocratização do país, na década de 1980, que permitiram, revelaram e difundiram, em escala ampliada, o desastre econômico, técnico, ecológico e social da modernização agrícola, também conhecida como Revolução Verde, implantada no país a partir da década de 1960, sob a ditadura militar. Com a redemocratização, organismos da sociedade civil puderam se expressar e apontar alternativas às formas vigentes de organização social e técnica de produção agrícola¹⁸.

No caso da rede de agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais, suas raízes encontram-se associadas, também, a uma série de conflitos ocorridos ainda nos anos 1980, envolvendo parceiras/os e proprietárias/os de terras. A luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas, principalmente de meeiras/os, estimulou a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em municípios da região. Esse processo foi apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelas Comissões Eclesiásticas de Base (CEBs) e pelo Movimento da Boa Nova (MOBON), todos inspirados na Teologia da Libertação. Nessa mesma época, a Comunidade Alfa, em Viçosa, desenvolvia práticas alternativas de produção agrícola e de alimentação.

A articulação entre o processo de constituição dos STRs e o movimento de promoção de uma “agricultura alternativa” possibilitou o encontro entre líderes sindicais, camponesas/es e jovens profissionais das ciências agrárias, dando origem, em 1987, ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Desde o início, o CTA-ZM estabeleceu estreita relação com o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), formado por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e com o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) – vinculado institucionalmente à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Assim, o CTA-ZM passou a participar de encontros fora de Viçosa e a estabelecer contatos com outros grupos, entre eles, a Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte (REDE/MG) e a equipe nacional do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), com sede no Rio de Janeiro.

O PTA nasceu no início da década de 1980, com o objetivo de identificar, sistematizar e difundir práticas tradicionais de agricultoras/familiares que resistiram à implantação das práticas da Revolução Verde. Seus primeiros trabalhos

17 Schmitt, Claudia Job. Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica, n. 409772/2013–5. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016. Campos, Ana Paula Teixeira de; Schmitt, Claudia Job. Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na Zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: Novas formas de governança nas políticas públicas? GIGAPP Estudos Working Papers, v. 74, p. 379 - 398, 2017. Disponível em: <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/81>. Charão-Marques, Flávia; Schmitt, Claudia Job; Oliveira, Daniela. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. Século XXI – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, p. 15, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28128>.

18 Almeida, Silvio Gomes. Experiência de T.A. na organização dos pequenos produtores: comentários. Proposta: experiências em educação popular, v. 27, n. 4, p. 16–19, nov. 1985.

práticos foram realizados em conjunto com o Centro de Aconselhamento do Pequeno Produtor (CAPA), do Rio Grande do Sul, o Instituto Vianei, de Santa Catarina, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), do Paraná, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), da Bahia, e o Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas às Comunidades (PATAC), da Paraíba. Pouco a pouco, o PTA passou a formar uma rede de articulação em 10 estados.

Em 1985, o Projeto começou a instalar centros de experimentação, demonstração, formação e assistência em tecnologias alternativas¹⁹. Posteriormente, as iniciativas estaduais do PTA desdobraram-se em um conjunto de ONGs independentes, que passaram a formar a Rede PTA. A Rede PTA, por sua vez, foi o embrião para a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada após a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, na cidade do Rio de Janeiro.

A Zona da Mata foi uma das regiões que atuou ativamente nesse processo. A existência de uma articulação nacional conectada a ações locais contribuiu para a noção de rede como forma de organização do movimento agroecológico no Brasil. No âmbito territorial, a aproximação entre CTA-ZM e os STRs teve o papel de colocar em prática a ideia de que seria possível articular, em uma mesma luta, a defesa dos direitos das/os agricultoras/es familiares e a disseminação de tecnologias alternativas. Nessa luta, a relação entre CTA-ZM, estudantes e professoras/es da Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi estratégica.

A crise ocorrida nos preços internacionais do café, entre 1980 e 1990, também influenciou fortemente o surgimento e a expansão da rede de agroecologia na Zona da Mata. A redução dessa atividade econômica nesse período favoreceu a ideia, defendida pelo CTA-ZM, de diversificação das atividades agrícolas com base em tecnologias alternativas. Mais tarde, ainda nos anos 1990, a recuperação dos preços do café e o movimento geral de fortalecimento do agronegócio brasileiro geraram um novo ciclo de expansão da cafeicultura na Zona da Mata, o que intensificou o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Em resposta à ação intensa das empresas de agroquímicos no território, diversas pessoas e organizações sociais (incluindo os STRs, o CTA-ZM, as associações de agricultoras/es, professoras/es e estudantes da UFV, entre outros atores) somaram esforços na construção da Campanha em Defesa da Vida e do Ambiente, a partir de meados da década de 1990. Com a campanha, a presença nas comunidades rurais daquelas/es que denunciavam os problemas causados pelos agrotóxicos e anunciavam a existência de práticas alternativas e da agroecologia passou a ser mais constante. Nesse contexto, difundiu-se, por meio de atividades participativas, as caldas, os biofertilizantes, o manejo ecológico dos solos, as sementes crioulas, os sistemas agroflorestais, entre outras práticas e tecnologias.

Ainda na década de 1990, com o objetivo de identificar coletivamente os desafios concretos vividos pelas famílias agricultoras da Zona da Mata e construir

¹⁹ Weid, Jean Marc Von der. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. Proposta: experiências em educação popular, v. 27, n. 4, p. 9–13, nov. 1985.

alternativas, foram realizados os Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs). A metodologia dos diagnósticos foi desenvolvida no âmbito da Rede PTA e, posteriormente, adaptada a distintas realidades. Os DRPAs mobilizavam agricultoras e agricultores de diferentes comunidades rurais em dinâmicas participativas para análise dos agroecossistemas, identificação dos problemas vividos pelas populações rurais e, também, para construção conjunta de alternativas.

Na Zona da Mata, foram realizados DRPAs em diversos municípios, em articulação com os STRs e, muitas vezes, em parceria com o poder público municipal, visando a construção dos chamados Projetos de Desenvolvimento Local. Em 1993, um desses diagnósticos, realizado em Araponga, permitiu identificar o projeto de construção do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com a previsão, em sua área original, de desapropriação de terras cultivadas por agricultoras/es familiares da região. Com a mobilização em torno do DRPA, o projeto foi modificado e, em 1996, o PESB foi instituído, mas sem a desapropriação das famílias.

O conflito gerado pela implantação do PESB trouxe, para o centro do debate, os temas da conservação dos recursos naturais e dos impactos ambientais da chamada “agricultura convencional”. O DRPA de Araponga também permitiu identificar, como problema, o enfraquecimento das terras, o que possibilitou a construção, a elaboração e a execução de propostas técnicas capazes de conciliar a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das áreas situadas no entorno do Parque, com foco, sobretudo, na agricultura familiar. Entre as propostas, foram implementados os sistemas agroflorestais, principalmente com café.

Além disso, um outro tipo de conflito ligado à terra surge, também na década de 1990, diante da construção de barragens voltadas às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que atingiu agricultoras e agricultores no entorno da bacia do Rio Piranga. Nesse contexto, o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) foi organizado, em 1996, a partir de iniciativas de professoras/es e estudantes da UFV, com o objetivo de apoiar agricultoras/es e comunidades atingidas por barragens hidrelétricas. Sua organização ocorreu em articulação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com a Igreja Católica, por meio de padres progressistas – alguns, inclusive, fundadores do NACAB. Além disso, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi organizado na região como forma de resistência à implantação dessas hidrelétricas.

Ainda durante os anos 1990, foi identificada, também, a dificuldade de acesso a mercados pela agricultura familiar. As famílias de agricultoras/es produziam alimentos sem o uso de agroquímicos, mas, ainda assim, tinham entraves para comercializar seus produtos. O desafio, neste momento, passou a ser a criação de circuitos de comercialização de alimentos agroecológicos a preços considerados justos pelas famílias. Com o objetivo de superar esse desafio, foi fundada a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, que reuniu várias associações locais e deu início a diferentes processos de comercialização, ampliando o acesso a mercados na região.

Nesse percurso histórico, a articulação com a pesquisa e o ensino sempre fez parte do processo de construção da agroecologia na região. Em 1995, foi de-

envolvido o primeiro projeto de pesquisa com sistemas agroflorestais, em parceria Departamento de Solos/UFV e CTA-ZM e com apoio da Fundação Ford; em 1996, o primeiro projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) foi aprovado, com o objetivo de apoiar a pesquisa colaborativa entre UFRV, CTA-ZM e organizações das/os agricultoras/es.

Em 1996, o primeiro projeto Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV) foi realizado na região. O EIV, com origem na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), ainda é realizado e permite que estudantes vivenciem as experiências agroecológicas na região da Zona da Mata e em outros lugares de Minas Gerais. Até o momento, mais de 500 estudantes já realizaram esse estágio e os impactos na formação, tanto profissional quanto cidadã, são consideráveis. Há depoimentos emocionantes e consistentes da influência dessas vivências na vida pessoal e profissional das/os estudantes.

Na mesma década, foram criadas as Escolas Família Agrícola (EFAs), ligadas à Associação Mineira de Escolas Família Agrícola (AMEFA). As EFAs, junto à Pastoral da Juventude Rural (PJR), são fundamentais para a construção da identidade camponesa na dimensão das juventudes. A perspectiva de valorização dessa identidade contribui para a manutenção de saberes e práticas camponesas, para a mobilização da juventude e para o fortalecimento da agroecologia.

Já durante a década de 2000, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) realizou, em parceria com o CTA-ZM e agricultoras/es, pesquisas de campo importantes para a implantação do café orgânico na região e para o entendimento de serviços ecossistêmicos proporcionados pelos sistemas agroflorestais. Essas ações foram e ainda são parte de inúmeras pesquisas desenvolvidas pela UFRV, em parceria com o CTA-ZM e organizações de agricultoras/es.

Também nos anos 2000, como desdobramento das lutas anteriores, o debate, por exemplo, sobre a certificação orgânica, começou a tomar forma no Brasil, bastante estimulado pelo Estado. Algumas iniciativas voltadas à certificação do café orgânico começaram a ser implantadas localmente, ainda que com dificuldades. No entanto, essas estratégias provocaram questionamentos sobre um possível processo de exclusão de agricultoras/es da rede de agroecologia, em função da construção de um nicho de mercado.

Essa experiência, contudo, permitiu a implantação do Sistema Participativo de Garantia Floriô no âmbito do Polo²⁰, ainda em processo de consolidação. O SPG está ancorado na Associação de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Zona da Mata²¹ que, em dezembro de 2023, foi credenciada como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) pelo Ministério da Agricultura,

20 Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/certificacao-organica-participativa-no-polo-agroecologico-da-zona-da-mata-mineira-318.pdf>

21 Estrutura e controle social na certificação participativa da Zona da Mata mineira. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/estrutura-e-controle-social-na-certificacao-participativa-da-zona-da-mata-mineira-330.pdf>

Pecuária e Abastecimento²².

A fundação de novas cooperativas de crédito e as ações voltadas à comercialização de produtos agroecológicos também possibilitaram, entre as décadas de 2000 e 2010, o envolvimento de novos atores e a expansão da rede de agroecologia da Zona da Mata.

O fortalecimento da organização das mulheres no processo de articulação entre agroecologia e feminismo, principalmente a partir dos anos 2000, também deve ser destacado como elemento constitutivo da rede. Os cursos de formação promovidos pelo CTA-ZM passaram a se organizar com base em um sistema de cotas e propiciaram condições para que as mulheres pudessem levar seus filhos, quando necessário. Pouco a pouco, o conteúdo desses encontros vai problematizando a discriminação entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho (e dos produtos gerados pelo trabalho) na agricultura familiar, as barreiras à participação das mulheres no espaço público, a violência doméstica, entre outras questões²³.

Além disso, a percepção das mulheres sobre a agroecologia tem contribuído, também, para agregar um novo olhar sobre os sistemas produtivos e sobre a vida no campo, reforçando a importância das culturas para o autoconsumo e incorporando novos conteúdos às relações estabelecidas por agricultoras/es com a terra, a água, a biodiversidade e a saúde da família e da comunidade. Práticas formativas envolvendo agroecologia e gênero tornaram-se um mecanismo importante de conexão das mulheres com a rede agroecológica na Zona da Mata e de multiplicação de grupos de base.

Na década de 2010, a elaboração da Caderneta Agroecológica, pelo CTA-ZM, em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) e com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), contribuiu intensamente para a visibilização dos quintais e do trabalho das mulheres. A Caderneta se tornou um instrumento político-pedagógico da economia feminista em todo Brasil.

A expansão de políticas públicas específicas voltadas para a agricultura familiar teve muita influência sobre a dinâmica da rede no início dos anos 2000. Editais de pesquisa em articulação com a extensão, por exemplo, foram importantes instrumentos de apoio aos trabalhos do CTA-ZM e de desenvolvimento de diversas ações. A organização do Programa Teia de Extensão Universitária favoreceu a articulação entre os conhecimentos científicos e populares e possibilitou o desenvolvimento, as adaptações e a prática de metodologias importantes, como as Instalações Artístico-pedagógicas, os Círculos de Cultura e as Caravanas Agroecológicas. A partir do Programa Teia, iniciou-se a construção da Troca de Saberes, evento organizado na Universidade Federal de Viçosa desde 2009. Além disso, os editais de pesquisa em articulação com a extensão

22 Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, SPG-Floriô, é credenciado no Ministério da Agricultura. Disponível em:

<https://der.ufv.br/informativo/sistema-participativo-de-garantia-da-qualidade-organica-spg-florio-e-credenciado-no-ministerio-da-agricultura/>

23 Para mais informações, acessar: <https://ctazm.org.br/biblioteca/categoria-mulheres-e-agroecologia-35>

possibilitaram o início, em 2008, dos Intercâmbios Agroecológicos na região, cuja metodologia guarda similaridades com a metodologia Camponês a Camponês.

Também nos anos 2000, os campi Rio Pomba e Muriaé, do Instituto Federal de Educação Sudeste, foram fundados. Ainda hoje, contribuem para a promoção da agroecologia, junto às seis EFAs que existem atualmente na região, algumas delas criadas na década de 2000. Além disso, com a oportunidade dada pelo Programa Ciências sem Fronteiras, em 2012, a partir da iniciativa de um estudante da UFV, o EIV foi realizado, pela primeira vez, na Universidade de Wageningen, na Holanda, sob a denominação de Farm Experience Internship (FEI). Até 2024, 11 edições do FEI foram realizadas, proporcionando o intercâmbio de experiências e a ampliação e o fortalecimento da agroecologia no campo da educação.

Em 2011, foi criado o mestrado em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa, o qual fortalece, desde então, sua dimensão científica. Em 2014, também na UFV, foi implementado o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Licena), que tem possibilitado o estudo de muitas/os jovens e não jovens do campo e o fortalecimento da educação do campo e da agroecologia. Em 2015, o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia foi institucionalizado na UFV. O Núcleo é uma consequência dos movimentos iniciados na década de 1980 e deu prosseguimento às atividades do Programa Teia, em especial, à construção da Troca de Saberes.

Mais recentemente, comunidades quilombolas organizadas pela Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (Rede Sapoqui) e diversas organizações envolvidas no fortalecimento da cultura negra e no combate ao racismo, como o Fórum Mineiro de Entidades Negras (Fomene), têm estreitado vínculos com a rede agroecológica. A partir da Troca de Saberes, os movimentos Puri têm se fortalecido na região. Essas movimentações têm possibilitado maior compreensão a respeito dos povos e comunidades tradicionais da região e reforçado a importância da ancestralidade na construção da agroecologia. Este, entretanto, é um longo caminho a ser percorrido e estamos apenas em seu início.

O reconhecimento de Belisário, distrito de Muriaé, como Patrimônio Hídrico, em 2018, representa uma conquista importante para o movimento agroecológico e é fruto de anos de mobilização e resistência dos povos do campo, das águas e das florestas. Esse reconhecimento reflete a força das lutas da Vila Franciscana em articulação com as comunidades que, por meio de práticas agroecológicas, defesa do território e do bem viver, afirmam o respeito à natureza como parte essencial da vida coletiva. A conquista fortalece o entendimento de que a água é direito de todas e todos, e evidencia a importância das experiências construídas nos territórios como base para a formulação de políticas públicas comprometidas com a justiça socioambiental. Além de um marco simbólico, o reconhecimento reafirma a legitimidade das vozes e saberes populares na preservação dos recursos naturais e na promoção de modos de vida sustentáveis e solidários.

Todo esse histórico leva ao reconhecimento da região como primeiro Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata. Assim, a criação do Polo possibilita ancorar o reconhecimento institucional da trajetória da agro-

ecologia na Zona da Mata e chamar, para si, a rede de agroecologia que lhe dá significado e sustentação prática, política e social.

3. Diagnóstico

3.1. Breve Caracterização da Zona da Mata Mineira

A Zona da Mata é uma das oito mesorregiões de Minas Gerais e situa-se na porção sudeste do estado, entre 42° 30" e 44° 10" de longitude oeste, e entre 20° 08" e 22° 08" de latitude sul, aproximadamente. A região faz divisa, ao leste, com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a oeste, com a região Metalúrgica/Campo das Vertentes; ao sul, com a região Sul de Minas; e ao norte, com a região do Vale do Rio Doce. É composta por 142 municípios, que ocupam uma superfície de 35.748,7 km², cerca de 6.09% da área do estado, e uma população de mais de dois milhões de habitantes.

A região é abrangida por três bacias hidrográficas: i) a Bacia do rio Paraíba do Sul, que deságua em Campos/RJ, abrange a porção sul da Zona da Mata e seu principal rio é o próprio Paraíba do Sul; seus principais afluentes são os rios Pomba, Muriaé, Paraibuna, Pirapetinga e os subafluentes principais são o Carangola, o Glória, o Novo e o Preto; ii) a bacia do rio Doce, que deságua em Linhares/ES e abrange a porção norte da Zona da Mata; seu rio principal é o rio Doce e seus principais afluentes são os rios Carmo, Piranga, Xopotó, Turvo Limpo, Casca e Manhuaçu. Já a bacia do rio Itabapoana (iii), a menor delas, é formada pelo rio Itabapoana, que deságua entre os municípios de Presidente Kennedy/ES e São Francisco do Itabapoana/RJ, e seus principais afluentes são os rios Preto, São João e Caparaó. Das três, a bacia do rio Itabapoana é a única com nascente na Zona da Mata, no município de Espera Feliz.

A região está inserida no bioma Mata Atlântica, classificado como hotspot de biodiversidade, termo utilizado para denominar áreas que tenham elevado nú-

mero de espécies endêmicas, isto é, restritas àquele bioma e com fortes pressões de perda de habitat e ameaças sobre sua biodiversidade²⁴. Três parques importantes estão localizados na Zona da Mata: o Parque Estadual do Ibitipoca, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e o Parque Nacional do Caparaó, além da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sossego, em Simonésia. Recentemente, em 2018, foi criado o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

Pelas características de relevo, grande parte das terras da Zona da Mata são ou deveriam ser consideradas áreas de preservação permanente (APPs), por possuírem declividade acima de 45°, estarem no 1/3 superior das encostas – incluindo os topos dos morros – ou por estarem às margens dos cursos d’água ou próximos a nascentes. As encostas convexas e os topos de morros são cultivados, principalmente, com pastagem ou café. As bordas de ravinas (grotas) são utilizadas somente em casos extremos de deficiência de outras terras. Nas várzeas secas (terraços), é comum encontrar construções, incluindo as residências, e os quintais do bem-viver, majoritariamente biodiversos, manejados pelas mulheres e classificados como sistemas agroflorestais.

Em geral, a agricultura familiar da região é diversificada e se caracteriza por diferentes perfis produtivos. Os estabelecimentos, em seu conjunto, formam um gradiente que varia de agroecossistemas agroecológicos e diversificados a agroecossistemas especializados com monocultivos, principalmente de café e pastagens – o que os torna mais dependentes do mercado de insumos²⁵.

Minas Gerais é o segundo estado do país com o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar e o primeiro da região Sudeste. São 441.829 estabelecimentos que, juntos, respondem por 59% do pessoal ocupado e por 25% do valor bruto da produção. No estado, a Zona da Mata é uma região de forte presença da agricultura familiar, que soma 75,52% dos estabelecimentos agrícolas. Desse total, 84,9% das unidades produtivas destinam sua produção prioritariamente ao mercado, com destaque, em valor da produção (R\$), para café, milho e aves²⁶.

Na agricultura familiar, a prática de produção de alimentos para a soberania e segurança alimentar e nutricional e para a comercialização do excedente é predominante. A produção de alimentos é, comumente, realizada em consórcio com o café, mas ocorre, principalmente, nos quintais. Uma pesquisa utilizando a metodologia da Caderneta Agroecológica na região da Zona da Mata mostrou que mais de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias são oriundos dos quintais, manejados, principalmente, pelas mulheres²⁷. A renda dos

24 MYERS, Norman et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, New York, v. 403, n. 6772, p. 853–858, fev. 2000. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/35002501>. Acesso em: 4 jul. 2024.

25 TEIXEIRA, Heitor Mancini et al. Understanding Farm Diversity to Promote Agroecological Transitions. *Sustainability*, v. 10, n. 12, p. 4337, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/12/4337>. Acesso em: 12 abr. 2025.

26 FORTINI, Rosimere Miranda. Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Viçosa: IPPDS; UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 12 abr. 2025.

27 OLIVEIRA, Rafael Monteiro de et al. Quintais da agricultura familiar: relíquias do passado,

quintais é expressiva, sobretudo ao considerar o que é comercializado, o que é trocado e o que deixa de ser comprado, mas essa renda, assim como o trabalho das mulheres, ainda é invisibilizada e pouco reconhecida.

Embora expressiva, a agricultura familiar ocupa pouca terra. Em Minas Gerais, as famílias agricultoras representam 72,7% dos estabelecimentos agropecuários, mas ocupam apenas 26,2% da área²⁸. Há, ainda, agricultoras/es sem terra, que trabalham em regime de parceria ou de meia, subordinadas/os a um patrão.

A agricultura familiar da região é camponesa e o campesinato, nessa porção do estado de Minas Gerais, tem origens diversas: é resultado do encontro de populações diversas, de origem indígena, africana e europeia, e possui uma história ligada às grandes fazendas, mas, também, à produção familiar em pequenos sítios²⁹. Suas raízes indígenas vêm, principalmente, das etnias Puri, Coroado e Karopó. Embora não documentado por escrito, durante a mineração do ouro na região vizinha, em Ouro Preto, as/os negras/os escravizadas/os certamente fugiam para a região das matas. Como diz Sebastião Estevão, o mestre Farinhada da cultura popular, educador popular e liderança regional, “o povo negro está aqui há 500 anos”. No auge do ouro, desmatar a Zona da Mata era proibido, como forma de evitar que esse ouro fosse roubado.

Com o declínio da mineração na época do Império, a região passou a funcionar como um entreposto de comercialização de negras/os escravizadas/os, da mineração para a economia cafeeira escravista dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Assim, as bacias dos rios Carangola, Muriaé, Pomba e Paraibuna passaram a ser ocupadas por populações negras que formavam quilombos e que socializavam, nos meios urbanos e rurais, a partir de referenciais culturais próprios. A região possuía, proporcionalmente, uma das maiores populações de negras/os escravizadas/os de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Migrantes de origem europeia vieram trabalhar nas lavouras e sitiantes ocuparam espaços entre as fazendas, dedicados a culturas alimentares e à criação de animais, trabalhando nas fazendas de café e gado. Camponesas/es da região que se reconhecem como Puris referem-se a essa miscigenação como “purizada”.

pérolas do presente, tesouros do futuro. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. p.166-185. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>

28 FORTINI, Rosimere Miranda. Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Viçosa: IPPDS; UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 12 abr. 2025.

29 COMERFORD, John Cunha. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

3.2. Panorama atual dos sujeitos e das pautas do Polo Agroecológico

3.2.1. Terra e território

• **Mineração**

A mineração na região não é recente. Há relatos de que, em Minas Gerais, os primeiros vestígios de ouro foram encontrados em Araponga e, desde a década de 1990, há exploração de bauxita na região. Entretanto, a partir de 2015, o capital mineral abriu uma forte ofensiva sobre a Zona da Mata. Em um contexto pós-rompimento de barragens de rejeitos, as mineradoras que já detinham direitos minerários na região desde a década de 1980 retomam esses processos buscando a obtenção de licenças ambientais para a exploração dessas reservas. É o caso da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), na região da Serra do Brigadeiro, e da Mineração Curimbaba Ltda., na região da Serra do Caparaó. A CBA pretende ampliar sua extração, enquanto a Curimbaba visa iniciar novas atividades minerárias no veio da bauxita da Zona da Mata.

Parte significativa das reservas de bauxita estão no subsolo da zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. A revisão do Plano de Manejo do Parque configura um grande risco, pois o Instituto Estadual de Florestas (IEF) pode reduzir o raio de cobertura da zona de amortecimento e, dessa forma, facilitar a liberação para a mineração em áreas antes protegidas. Há, ainda, o desenvolvimento de um projeto mineral para extração de magnetita em oito municípios das microrregiões de Viçosa e de Ubá, e de ouro, na região de Araponga, entre outros processos que avançam intensamente no que diz respeito aos tipos de minerais e à extensão territorial.

Os processos de resistência à mineração e de defesa do território são organizados, entre outras organizações, pelos Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro e pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração no Caparaó.

• **Reforma agrária e luta pela terra**

A luta pela terra na região é histórica. Há vários relatos de intensa exploração de meeiras/os pelos patrões e todas/os sonham em adquirir um pedaço de terra para plantar com autonomia o próprio alimento e produzir para o autoconsumo e para comercialização. Poucas/os meeiras/os conseguem comprar um pedacinho de terra, sempre às custas de muito sacrifício e por meio da solidariedade da família e amigas/os.

A partir das práticas de solidariedade e com o incentivo das CEBs, houve, em Araponga, em 1989, o início do processo conhecido como Conquista Coletiva de Terras. A “Conquista”, como é chamada, conseguiu assentar muitas famílias

e redesenhar a estrutura fundiária do município. A “Conquista” também inspirou o Programa de Crédito Fundiário, instituído no primeiro governo Lula, e atualmente denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF é extremamente burocrático, mas, ainda assim, possibilita, junto à luta das organizações e de agricultoras/es, a conquista de terras.

A luta pela terra na região da Zona da Mata também ocorre por meio de movimentos sociais organizados. Importante na luta pela Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está presente na Zona da Mata em três assentamentos³⁰. A primeira ocupação do MST na região ocorreu em 2005, na área da antiga fazenda Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco. A área, de 760 hectares, onde havia funcionado uma usina de açúcar, foi desapropriada no ano anterior pelo Incra³¹. A pressão e a organização de trabalhadoras e trabalhadores deu origem ao Assentamento Olga Benário, que abriga 30 famílias camponesas, distribuídas em áreas de cultivo individuais e coletivas, área de reserva legal e áreas de preservação permanente. Entre as famílias que tiveram acesso à terra, 25% compreendem ex-agregadas/os da fazenda Santa Helena, que tiveram respeitados seus laços com o local. A produção familiar e agroecológica do local inclui hortaliças, milho, mandioca, queijo, leite, suínos, aves, ovos e quitandas.

O pequeno Assentamento Marielle Franco está localizado no município de Tocantins. Com uma área de apenas 50 hectares, abriga cinco famílias que lutaram pela terra no Acampamento Gabriel Pimenta. A área pertencia ao governo do estado de Minas Gerais e foi destinada à reforma agrária. A produção local é de hortifrutigranjeiros, em especial fruticultura e olericultura.

Já o Assentamento Dênis Gonçalves, o maior dos três, abriga cerca de 150 famílias camponesas e está localizado a 40 quilômetros da cidade de Juiz de Fora. Ocupa a área da antiga e centenária fazenda Fortaleza de Santana, abarcando trechos dos municípios de Goianá, Chácara, São João Nepomuceno e Coronel Pacheco.

Depois de muitos anos de luta e de resistência acampadas/os às margens da rodovia MG-353, centenas de trabalhadoras/es rurais sem-terra conquistaram a desapropriação da fazenda. O decreto foi publicado em dezembro de 2011 e, em maio de 2013, ocorreu a posse das/os trabalhadoras/es rurais³². O nome do assentamento homenageia um jovem sem-terra do assentamento irmão, Olga Benário, que morreu vítima de um atropelamento em rodovia próxima. A produção é agroecológica e consiste, majoritariamente, em hortaliças, milho, feijão, mandioca, banana, leite e queijo; as/os assentadas/os apostam no cooperativismo e na agroindústria.

30 Texto por Maria Celeste Lustosa. Revisão de Nei Zavasky.

31 CAPUCHINHO, Michelle. MST ocupa e preserva a história na Zona da Mata Mineira. Notícias-MST, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/06/mst-ocupa-e-preserva-a-historia-na-zona-da-mata-mineira/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

32 NEVES, Michele; TEIXEIRA, Matheus; SILVA, Dowglas. Do latifúndio à terra produtiva: 14 anos da ocupação do Assentamento Dênis Gonçalves. Notícias-MST, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/25/do-latifundio-a-terra-produtiva-14-anos-da-ocupacao-do-assentamento-denis-goncalves/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

A fazenda, de aproximadamente 4.213 hectares (dos quais 3.000 compreendem mata atlântica preservada), foi sesmaria, distribuída às/aos primeiras/os beneficiárias/os no início do século XIX. Às custas do sangue e do trabalho escravo, a fazenda Fortaleza de Santana foi grande produtora de café e, depois, leite. Entre os resquícios de suas construções, estão uma senzala no porão de um edifício de dois andares, ruínas de uma usina de café e uma casa de máquinas, que guarda equipamento datado de 150 anos, usado para o beneficiamento do café, todos em precárias condições.

Ainda antes da chegada dos colonizadores brancos, povos originários habitavam aqueles vales e encostas. Ali foram encontradas as únicas múmias indígenas totalmente íntegras do Brasil, as quais, infelizmente, foram queimadas no incêndio que atingiu o Museu Nacional, em 2018.

As serras que envolvem o assentamento são de beleza ímpar e escondem cavernas míticas e a nascente do rio Cágado, afluente do Rio Goianá, o qual deságua no rio Pomba e abastece inúmeros municípios da região.

Por meio da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (COOPERARCA-ZM), os assentamentos do MST na região organizam a produção e a comercialização de alimentos das famílias assentadas, com o objetivo de gerar melhores condições econômicas e sociais para as camponesas e os camponeses. A cooperativa tem como valores a direção coletiva e inclusiva, a transparência e a solidariedade. Opera em inúmeras feiras locais, fornece cestas agroecológicas e participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas municipais e estaduais de três municípios da Zona da Mata. Além disso, produz mais de um milhão de litros de leite por ano³³.

As experiências apresentadas sobre os desafios e as conquistas de acesso à terra na região da Zona da Mata reforçam a compreensão de que a luta pela terra e por uma reforma agrária popular é imprescindível para a ampliação da agroecologia. Como o povo diz, “agricultor sem terra é que nem passarinho sem asas, não pode voar”. A ampliação da agroecologia ocorre a partir da agricultura familiar, o que nos permite afirmar que sem reforma agrária, a agroecologia não pode voar.

3.2.2. Espiritualidade e religiosidade

O Povo da Zona da Mata é de uma espiritualidade profunda. A natureza é considerada presente de Deus, a terra é mãe e a monocultura, por sua vez, não é de Deus, como algumas agricultoras e alguns agricultores dizem, pois Deus, quando fez o mundo, fez tudo junto e misturado. As benzeções, as rezas e os plantios de acordo com as fases da lua são práticas constantes e que contam histórias ancestrais. Essa espiritualidade é parte da cosmovisão e necessária à construção da agroecologia.

Comumente, essa espiritualidade está relacionada com uma religiosidade. As religiões de matriz africana possuem um forte vínculo com a natureza e com a vida em comunidade, além de profundo respeito às diversidades, princípios que fortalecem, também, a agroecologia. Há, no entanto, muito a ser aprofundado no que se refere à relação entre essas religiões e seus vínculos com a agroecologia. Nesse sentido, nos últimos anos e a partir de acúmulos, histórias orais e diálogos junto ao Fórum Mineiro de Entidades

33 ROMUALDO, Paula Lima et al. Desafios e potencialidades da produção de leite no Assentamento Olga Benário. Nossa Pesquisa na Roça, n. 10, jul. 2016. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/desafios-e-potencialidades-da-producao-de-leite-no-assentamento-olga-benario-276.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Negras, o Fomene, algumas questões relacionadas à pauta étnico-racial e religiosa no campesinato da Zona da Mata foram identificadas.

A agroecologia, enquanto movimento, ciência e prática que articula saberes tradicionais, justiça social e cuidado com a terra, dialoga profundamente com as religiões de matriz africana, que reconhecem a natureza como sagrada e os elementos naturais, como a água, a floresta, os rios, os ventos e a terra, como manifestações vivas dos orixás e entidades espirituais. Essas religiões carregam uma cosmovisão que rompe com a lógica de dominação sobre a natureza, promovendo, em seu lugar, uma relação de reciprocidade, respeito e equilíbrio. Assim como a agroecologia se orienta pelas práticas baseadas na convivência com os ciclos naturais e na valorização dos saberes ancestrais, as religiões de matriz africana afirmam uma ética do cuidado, da partilha e da coletividade, fundamentais para a construção de territórios agroecológicos.

Na Zona da Mata, a construção da agroecologia também foi impulsionada pela Igreja Católica, a partir das CEBs, na década de 1980, com forte vínculo à Teologia da Libertação. Como disse uma agricultora de Divino, as CEBs foram “semeadoras da agroecologia na região”. Há muitas festas de santos e padroeiras/os na Zona da Mata e as capelas estão em todos os lugares; em todas as festividades e celebrações, muitas comunidades são mobilizadas e participam ativamente. A Caminhada das Águas e a Caminhada Franciscana que, desde 2019, é realizada no entorno da Serra do Brigadeiro, como forma de resistência à mineração, são exemplos dessa relação. As Caminhadas são organizadas pela Vila Franciscana, localizada em Belisário, distrito de Muriaé.

As Comunidades Eclesiais de Base, contudo, mesmo sendo fruto da Teologia da Libertação, reproduziam algumas lógicas conservadoras da Igreja Católica e não aceitavam, por exemplo, as referências da religiosidade de matriz africana. Havia uma tensão gerada pela presença de negras/os: uma parte da Igreja buscava a visibilidade e a valorização do povo negro e outra parte reproduzia o racismo, a discriminação e o preconceito. Um exemplo disso foi a Campanha da Fraternidade de 1988. Com o tema “A Fraternidade e o Negro” e o lema “Ouvi o clamor desse povo”, a Campanha teve por objetivo evidenciar o povo negro e sua religiosidade ancestral. Houve resistência em vários locais, como na Arquidiocese de Mariana, que vetou o tema e não trabalhou em torno da Campanha. Apesar do conservadorismo existente nas Comunidades Eclesiais de Base, esse movimento motivou a fundação da Pastoral Afro e da Pastoral da Terra.

3.2.3. Raça e questão étnico-racial

O grande campesinato negro, ainda que com exceções, não participou dos STRs e nem das CEBs. O fundador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Espera Feliz era negro, sem-terra, trabalhava como boia-fria e não conseguiu se manter no sindicato por conta das adversidades sociais que enfrentava diante dessas condições. “A exclusão do povo preto vem do período colonial e se estende até os dias de hoje”.

As pessoas escravizadas que não se resignavam à condição a elas imposta e que conseguiam a fuga, resistiram através da formação de quilombos. O povo negro que habitava as comunidades quilombolas não teve acesso à terra após o fim do período “oficial” escravocrata, o que dificultou, também, seu acesso às CEBs e aos STRs. Se a/o negra/o do campo da década de 1980 fosse assentada/o ou agricultora/agricultor familiar, “nós teríamos feito a revolução” e, hoje, a realidade desse povo e de remanescentes de quilombo seria outra.

A falta de acesso ao direito territorial, como visto, segregou o povo negro dos espaços de representação do campesinato. Grande parte da população da Zona da Mata é negra e a maioria se encontra nas periferias. No campo, ainda hoje as comunidades enfrentam muitos conflitos com fazendeiros, o que dificulta o acesso ao direito territorial. Dessa forma, um dos mecanismos de superação do racismo na região consiste em promover a reforma agrária e a titularização dos territórios.

Como explica Farinhada, “esse território que estamos lutando para que seja livre da mineração é do povo negro e Puri. É importante lutar para que as comunidades remanescentes de quilombo tenham seus direitos garantidos. A Zona da Mata pode ser alavancadora, mas precisa alinhar-se às políticas públicas. O povo da cidade depende do povo do campo. Além disso, é preciso fomentar a valorização e o respeito às manifestações culturais e religiosas do povo negro. A intolerância religiosa é um grande elemento de conflito que atinge diretamente o povo negro”.

Da mesma forma que o povo negro e indígena, outros povos tradicionais habitam a região, a exemplo do povo cigano, completamente desconhecido pelo movimento agroecológico. Além disso, algumas comunidades certamente poderiam ser reconhecidas como tradicionais, devido a inúmeras características, a exemplo de moradoras/es da Serra do Brigadeiro, mas isso depende de estudos futuros.

O reconhecimento da importância da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais é fundamental para a agroecologia e para a resistência à mineração na região. Os movimentos sociais e populares precisam incorporar a luta em defesa dessas comunidades e pela construção de políticas públicas, em parcerias com o poder público, que as reconheçam e as fortaleçam. Entretanto, é preciso estabelecer o que é de competência das organizações, do município, do estado e do governo federal. As organizações dos povos e comunidades tradicionais precisam estar vigilantes para que mantenham autonomia no debate e o protagonismo do povo em suas lutas.

3.2.4. Comunidades negras rurais e quilombolas

Na Zona da Mata existem 15 comunidades quilombolas certificadas e outras 15 em processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares. A Rede Sapoqui, contudo, já identificou cerca de 130 comunidades e, certamente, esse número é ainda maior. Há, portanto, grande discrepância entre os números da Fundação Palmares e da Rede Sapoqui.

Se os processos de certificação são morosos, os de reconhecimento dos direitos territoriais e titularização são ainda mais lentos. Isso porque a conquista dos direitos territoriais quilombolas é recente e sua efetivação é dificultada por diversos motivos, entre os quais destaca-se a manutenção e reprodução de desigualdades na questão fundiária no Brasil. No estado de Minas Gerais, existe apenas uma comunidade com território titulado.

Esses dados mostram que a efetivação do reconhecimento e dos direitos das comunidades quilombolas, no Brasil, no estado e na região, ainda é bastante incipiente. A Zona da Mata, por seu histórico de ocupação e atividades socioeconômicas, se apresenta como um grande território negro e tradicional em que as comunidades quilombolas enfrentam grandes desafios sociais. O reconhecimento individual e coletivo de quilombolas pode ser complexo, devido à presença do racismo na vida dessas pessoas. Essa reconstrução identitária decorrente do processo de identificação como quilombolas tem favorecido o senso de comunidade e a articulação coletiva, potencializando a união dos grupos para a luta pelo acesso a direitos, incluindo o direito ao território.

Pesquisas importantes identificaram algumas características relacionadas às comunidades quilombolas na Zona da Mata mineira, muitas delas similares às comunidades de outras regiões. Entre elas, destaca-se: i) presença de ações discriminatórias contra sua população; ii) existência de conflitos pela posse da terra e perda de grande parte de seus territórios ancestrais; iii) acúmulo de grande conhecimento etnobotânico e etnofarmacológico; iv) produção de gêneros alimentícios diversos; v) existência de festas e manifestações culturais particulares; e vi) recente (e crescente) articulação política entre elas³⁴.

3.2.5. *Produção agroecológica*

A agroecologia reafirma a importância da cultura e da identidade local na sustentabilidade dos sistemas agroalimentares e objetiva o bem-estar e o cuidado com a natureza, além da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. No que se refere especificamente à produção, a agroecologia objetiva a disponibilidade de alimentos de qualidade para todas e todos, o que pressupõe o não uso de produtos químicos, como os agrotóxicos, e de organismos geneticamente modificados (os transgênicos). Para isso, é preciso garantir a diversidade dos sistemas de produção, a exemplo dos sistemas agroflorestais, a qualidade das terras e das águas e o uso de sementes crioulas.

As guardiãs e os guardiões de sementes têm papel essencial nos modos de vida camponês e grande potencial para avançar na região em redes de trocas de sementes. Há uma centralidade das mulheres na conservação e no uso das sementes locais e da agrobiodiversidade, bem como na divulgação dos conhecimentos associados a essas práticas.

No entanto, há, também, o avanço de um modelo de produção que faz crescer o uso de agrotóxicos, em especial nas culturas do café e do milho transgênico, com o uso de round-up. O agronegócio avança na região com seus discursos de que o “agro é tec, o agro é pop e o agro é tudo”, com suas casas de vene-

34 CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Aprendendo e ensinando com a extensão: possíveis caminhos para uma Geografia engajada. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. Anais [...]. São Luís: AGB, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/recursos/anais/7/1467575417_ARQUIVO_extensaoegeografia.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

no (denominadas, equivocadamente, de casas da agricultura ou da lavoura) e com técnicas/os que batem de porta em porta para vender produtos químicos que dão lucro para as empresas.

O preço alto do café, reduzido à mercadoria no mercado internacional, e o preço relativamente baixo dos insumos, em especial, os agrotóxicos, contribuem para o avanço do agronegócio na região. Somado a isso, o endividamento da agricultura familiar, o envelhecimento da população no/do campo, a falta de autonomia e/ou formação de jovens e o patriarcado dificultam a transição agroecológica e impedem o avanço da agroecologia na região, considerada, por lei, como o primeiro Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Brasil. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas, cada vez mais visíveis, com ondas de calor e alteração do regime de chuvas e do calendário de plantio, e a alteração da cultura alimentar, com a crescente oferta de comida industrializada e barata, também são pontos que dificultam o avanço da agroecologia.

O uso de agrotóxicos leva ao aparecimento de muitas e novas “pragas”, o que representa um desafio técnico a ser superado por meio da compreensão do papel da diversidade no controle de cada uma delas. A contaminação pelos transgênicos ameaça as sementes crioulas e a autonomia das/os agricultoras/es. Muitas/os argumentam que o milho transgênico é cultivado apenas para alimentar os animais; entretanto, diversos depoimentos de agricultoras/es apontam que os animais não gostam de milho transgênico. Ainda, muitos desses animais ou de produtos deles provenientes têm por finalidade a alimentação humana.

Os movimentos demandam formação e assistência técnica agroecológica continuadas para superar tais desafios. Essa assistência deve ser feita de forma coletiva, com respeito e reconhecimento às sabedorias das/os camponesas/es e de forma horizontal, de modo que todas/os aprendam e todas/os ensinem. Para isso, o uso de metodologias da educação popular, como os intercâmbios agroecológicos e as caravanas, são importantes. Um dos desafios, nesse sentido, é a falta de capacitação em metodologias para a assistência técnica agroecológica e coletiva direcionada a técnicas/os recém-formadas/os. Esse desafio leva à dificuldade em encontrar técnicas/os qualificadas/os, ao mesmo tempo que falta mercado de trabalho para técnicas/os novas/os.

Há, ainda, demanda de fomento para aquisição de sementes e mudas, bem como para acesso aos insumos orgânicos ou bioinsumos – cujo tema, bem como sua regulamentação, emerge como grande preocupação para agricultoras/es orgânicas/os e agroecológicas/os. A produção local de caldas e biofertilizantes pode ser criminalizada em favor de bioinsumos registrados e produzidos comercialmente por empresas e, nesse contexto, os bioinsumos empresariais podem tornar ainda mais burocrática a já hipernormatizada produção orgânica.

Outros desafios se apresentam, como o organizativo, o do beneficiamento de alimentos e o de comercialização dos produtos. A legislação, inadequada, impõe as mesmas regras para a agricultura familiar artesanal e a empresarial, o que inviabiliza, entre outras ações, o beneficiamento dos alimentos, sob a falsa argumentação da segurança alimentar. Essas regras são ainda mais rígidas e proibitivas quando se referem aos produtos de origem animal. Diante de tais

desafios, é ainda mais necessária a valorização das feiras locais, além da luta constante por políticas públicas de apoio à agroecologia e de inserção da produção dos quintais nos mercados institucionais.

3.2.6. *Cultura e Comunicação Populares*

• **Festas Populares e Tradicionais**

A formação da cultura brasileira é uma trama ampla, complexa e plural em que as influências dos povos originários, de África e de Portugal e, ainda, da Europa, dialogam e se misturam. Nessa trama, cada manifestação e cada localidade expressam seus valores, tradições e significados que constituem as particularidades de suas identidades culturais.

Entre as manifestações, destacam-se as festas, as procissões, as danças, os cantos e as dramatizações. Essas manifestações, contudo, muitas vezes não são suficientemente reconhecidas e não possuem o devido merecimento pela cultura “dominante”, dita “acadêmica e científica”, que as transforma em processos cristalizados, fetichizados e folclorizados, desconsiderando sua diversidade e seu papel identitário, cultural, social e econômico. Ainda assim, a cultura popular resiste, principalmente nas comunidades rurais, como parte da memória do povo, e representa suas lutas, conflitos, crenças e histórias submersas, muitas vezes silenciadas no dia a dia, mas que emergem em forma de canto, dança, poesia, festa e teatro.

As festas populares e tradicionais, em particular, congregam uma série de ritos que envolvem a vida de toda uma comunidade. São construídas, geralmente, em torno de processos religiosos e espirituais e criam conexões entre natureza, cultura e trabalho. Evidenciam histórias, memórias e as relações entre os sujeitos. A cultura popular e as festas tradicionais populares são manifestações em movimento, que se renovam e se recriam em torno de negociações objetivas e subjetivas, ressignificando simbologias e experiências que fortalecem os próprios valores de cada comunidade e o diálogo entre diferentes territórios. Entre a fé, própria das festas da cultura popular brasileira, e o brincar que envolve a festa, há distinções e rupturas com as distâncias e os limites entre o real e o místico, o tempo linear e o tempo de festa, a seriedade e o riso, entre o sagrado e o profano.

Toda a comunidade se envolve na efetivação das festas da cultura popular, pois elas fazem parte da estrutura social comunitária e são importantes espaços que permitem estabelecer interações identitárias e de pertencimento por meio das relações de vizinhança, da amizade, da religiosidade, das redes sociais e da própria brincadeira. Tudo isso, em diálogo, torna a festa um acontecimento de encontro, criação e fortalecimento das relações sociais.

A festa é o lugar da partilha, da solidariedade, da fartura demonstrada nos fazeres e saberes da preparação das indumentárias, na organização e na decoração da comunidade e, ainda, na preparação e na distribuição de alimentos.

Assim, nesse espaço-tempo, movimenta-se, também, a crítica social e a luta por um mundo mais justo e solidário.

As festas possuem, também, um importante papel na articulação e na promoção de estratégias na luta pela garantia de direitos, incluindo o direito à valorização e ao acesso às políticas públicas para o fomento da cultura popular, e na defesa dos saberes ancestrais e tradicionais para a garantia de uma vida mais saudável, digna e justa.

A região da Zona da Mata é marcada por uma diversidade de celebrações e de expressões da cultura popular, entre elas, as festas, que se espalham em cidades, distritos e comunidades. Muitas delas, entretanto, são ainda desconhecidas pela sociedade mais ampla e invisibilizadas pelo poder público, que não oferece apoio por meio de políticas públicas. As festas ficam, assim, restritas aos saberes e fazeres das próprias comunidades, que as organizam com muita força de vontade.

Como exemplo da multiplicidade das celebrações, há as festas juninas, que celebram São Pedro, São João e Santo Antônio, as festas de Santana, de Nossa Senhora do Rosário e do Divino, além das festividades de bois. Todas elas são acompanhadas por diferentes expressões de dança e canto, como as Folias de Reis, os Congados, os diferentes Bois (Laranja, Pintadinho, da Manta etc.), as danças de Mineiro Pau e de Cabloco, entre tantas outras.

Além dessas, outros espaços festivos são criados e/ou potencializados, marcados pela politização agroecológica, a exemplo dos Terreiros Culturais e da Troca de Saberes, construídos pelo Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/UFV), em parceria com diversas organizações sociais, e as Festas da Terra, em Acaiaca e em Araponga. A Fogueira de São Pedro, em Espera Feliz³⁵, e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Airões, distrito de Paula Cândido, também têm se tornado espaços de politização agroecológica³⁶.

Há, ainda, as Festas da Trabalhadora e do Trabalhador Rural, realizadas em alguns locais pela Igreja Católica, a exemplo de Viçosa, ou pelo movimento sindical. No final dos anos 1990, o Polo Sindical da Zona da Mata, ligado à Associação Regional, celebrava o Dia da Trabalhadora e do Trabalhador Rural com eventos itinerantes: a cada ano, um município recebia e organizava a festa e todos os demais participavam. Em uma das ocasiões, o evento foi organizado em parceria com a CPT e em conjunto com a Romaria do padre Justino e o Festival da Cultura Popular.

As festas também mobilizam as áreas de reforma agrária da região. No Assentamento Dênis Gonçalves, em Goianá, é realizada a Festa de Santana, no dia 26 de julho. Conta a tradição que a festa começou a ser celebrada na metade do

35 CONTE, Guilherme Menezes. A fogueira de São Pedro. *Nossa Cultura na Roça*, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/nossa-cultura-na-roca-fogueira-de-sao-pedro-44.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

36 MENEZES, Guilherme. Festa de Nossa Senhora do Rosário no Quilombo Córrego do Meio: tradição, ancestralidade e religiosidade. *Nossa Cultura na Roça*, n. 2, out. 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/festa-de-nossa-senhora-do-rosario-no-quilombo-corrego-do-meio-311.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

século XIX, por influência da então proprietária, Baronesa de Santana, chamada Maria José de Santana, que trazia, no nome, a devoção familiar. Antes de ser assentamento, a fazenda era chamada de Fortaleza de Santana.

O Dia de Santana é oficialmente comemorado pela Igreja Católica desde 1584 e, no Brasil, teve devotos a partir do próprio século XVI. Em Minas Gerais, a fé em Santana recebeu impulso no século XVIII, em parte pelo legado da mística Rosa Egipcíaca, africana alforriada. Santana é, geralmente, representada ensinando a Maria os textos sagrados e foi adotada pela elite escravocrata como um símbolo do poder branco, que concedia às/aos negras/os escravizadas/os o conhecimento da fé cristã.

A festa era patrocinada pelos proprietários da fazenda Fortaleza de Santana, desde o início, também como forma de demonstração de poder. Com o declínio da fazenda, a festa foi descontinuada ao longo dos últimos anos. A partir de 2019, o coletivo do Assentamento se apropriou do significado da festa, organizando as atividades de forma colaborativa e demonstrando que Santana pode ser mestra de uma liturgia da libertação.

A festa, que reúne de 300 a 500 pessoas, começa com a missa, celebrada pela manhã, seguida da procissão, que percorre as edificações do entorno e termina na igreja. Outras atrações do dia são o churrasco, a quermesse e o futebol, culminando com um animado baile noturno.

As festas devem ser mais bem articuladas aos movimentos agroecológicos. Embora constituam grandes mercados para os produtos agroecológicos, elas não têm, em geral, essa potencialidade explorada. São espaços importantes, ainda, para que sejam realizadas trocas de sementes e para que seja promovida a educação alimentar, entre outros aspectos.

3.2.7. Comercialização e acesso aos mercados

O acesso aos mercados tem se diversificado na região, o que pode ser visto, por exemplo, através do espaço no mercado de Belo Horizonte, das feiras livres, dos mercados institucionais, do delivery, da feira, das redes agroecológicas, como a Rede de prosumidores/as Raízes da Mata e a Rede Sabor e Saúde da Serra, e da venda de café orgânico no mercado internacional. A certificação orgânica participativa e as agroindústrias têm facilitado o acesso a alguns mercados diferenciados.

Os desafios técnicos em relação à produção são tanto a quantidade quanto a padronização de qualidade exigidas pelo mercado, que não comporta a diversidade. O beneficiamento dos produtos da diversidade, que poderia agregar valor ao produto comercializado, enfrenta uma legislação que possui exigências incompatíveis com a agricultura familiar e o mercado por ela acessado. As normas sanitárias são, em geral, um entrave à produção familiar e artesanal e há casos em que a política local dificulta o acesso a políticas como o PNAE, limitando a compra ao mínimo exigido por lei. Isto porque a legislação, de for-

ma equivocada, iguala a agricultura familiar ao agronegócio e desequilibra as possibilidades de acesso.

Outros desafios estão relacionados ao acompanhamento técnico às/aos agricultoras/es e ao diagnóstico sobre o acesso a mercados e às políticas de compras institucionais e de garantia de preço mínimo. Com isso, a dependência de atravessadores ainda é uma realidade e as/os agricultoras/es encontram dificuldades para melhorar a organização produtiva.

As propostas relativas à organização da agricultura familiar consistem em: melhorar a comunicação entre os municípios do Polo; buscar maior articulação para geração de renda e acesso aos mercados; promover ações de educação do mercado e de consumidoras/es, como educação alimentar nas escolas e formações para o acesso aos mercados; abrir loja física para comercialização dos produtos agroecológicos; construir sede própria para as cooperativas; conseguir o CNPJ da agroindústria; retomar as feiras agroecológicas interrompidas; organizar o mercado local de sementes crioulas; conquistar mercados mais garantidos; melhorar o entendimento a respeito da legislação referente à seguridade especial; diversificar os canais de comercialização para que haja independência dos mercados institucionais; e identificar as brechas na legislação sanitária e lutar para a adequação das normas, de forma a possibilitar o acesso pela agricultura familiar.

Outras propostas incluem implementar e/ou ampliar o Vale Feira, organizar feiras na sede e nos distritos dos municípios, promover o café orgânico certificado e implementar bancos de alimentos. A implantação de muitas destas propostas dependem de políticas públicas adequadas.

3.2.8. Juventudes

As juventudes desempenham um papel estratégico para a agroecologia, para a renovação das gerações nas entidades e organizações do campo, para a manutenção dos saberes tradicionais e para o fortalecimento da identidade rural. No entanto, apesar de sua importância, a permanência das juventudes no campo enfrenta diversos desafios que devem ser cuidadosamente observados pelas organizações da agricultura familiar e de base agroecológica.

O desafio principal está relacionado ao esvaziamento do campo e a uma suposta falta de interesse de jovens pela roça. As/os jovens, entretanto, alegam que a saída para os centros urbanos está, muitas vezes, motivada pela busca por trabalho, renda e autonomia financeira. Dizem, ainda, sobre a falta de terra e de oportunidades de participação e acesso real às organizações.

A baixa participação efetiva nos sindicatos, nas cooperativas e nas associações dificulta a atuação de jovens e a renovação dessas entidades, o que fragiliza a formação de novos quadros para o movimento. A Pastoral da Juventude Rural (PJR), responsável por animar, acompanhar e formar jovens à luz da vivência comunitária e fortalecer o protagonismo de jovens na construção de uma sociedade justa e solidária, não renovou os seus quadros e, atualmente, tem pouco apoio da Diocese para realizar as ações. Além disso, os sindicatos são vistos

pelos/os jovens como lugar para se aposentar e como espaços que não promovem formações feitas por jovens e para jovens, o que dificulta a sucessão e o desejo de contribuir para o fortalecimento desses espaços.

A dificuldade de acesso à terra e, muitas vezes, a falta de espaço para trabalhar seus próprios projetos produtivos na terra dos pais, responsáveis ou familiares também sustentam essa realidade. Quando ocorre, a realização dos jovens é mais facilitada pelas mães do que pelos pais, o que indica que o sistema patriarcal opressor contribui para que as juventudes não permaneçam no campo. O racismo cultural, principalmente de quem mora nas cidades e manifesta discriminação pela identidade camponesa, também promove a saída de jovens do campo.

Na pauta da educação, há preocupação com o fechamento das escolas rurais e com a desconexão do ensino das escolas em relação à realidade do campo. Já sobre as EFAs, há dúvidas sobre a capacidade dessa mão de obra qualificada ser absorvida pelo movimento agroecológico, uma vez que não tem havido incentivos para que seja incorporada à própria agricultura familiar. A licenciatura em educação do campo da UFV, por sua vez, enfrenta desafios relacionados à evasão de estudantes e ao fato de, atualmente, serem poucas/os as/os estudantes que são da região. Além disso, e não menos importante, existe o próprio desafio da manutenção do curso dentro da universidade.

Mesmo diante dos desafios e, na contramão das suposições relacionadas ao desinteresse de jovens pelo campo, um levantamento rápido de informações sobre acesso a políticas públicas, realizado pelas organizações da agricultura familiar de Espera Feliz, apontou forte interesse dos jovens pela agricultura, fato que é revelado pelas altas taxas de projetos de crédito fundiário apresentados por jovens a partir dos 16 anos. Entretanto, é necessário que as políticas públicas para as juventudes fortaleçam sua autonomia econômica; promovam a realização de formações, inclusão e aumento da participação de jovens no movimento sindical e nas ações da agricultura familiar; promovam formação e apoio para a elaboração de projetos; possibilitem acesso à terra e valorização da identidade rural, com acesso a políticas acessíveis que levem as/os jovens a não dependerem dos pais e/ou responsáveis e; combatam o patriarcado e conscientizem pais e/ou responsáveis sobre a importância da participação e autonomia das/os jovens.

3.2.9. *Infâncias*

A Zona da Mata de Minas Gerais carrega em suas serras, vales e quintais uma rica história de lutas, saberes populares e relações comunitárias profundamente enraizadas na terra. É nesse contexto que emergem práticas e experiências que entrelaçam agroecologia e infâncias, provocando um encontro fundamental entre o cuidado com a vida e a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Desde 2005, o CTA-ZM desenvolve ações com crianças e adolescentes que

buscam articular saberes científicos e populares, fortalecendo a agricultura familiar e impulsionando práticas agroecológicas na perspectiva das infâncias. Nesse processo, crianças e adolescentes, tradicionalmente invisibilizadas/os, ocupam um lugar central nas ações desenvolvidas. As atividades, que antes eram realizadas em comunidades, no âmbito de um projeto, passaram a ser desenvolvidas no escopo de um programa da organização e se expandiram para as escolas de municípios da Zona da Mata. A mudança ocorreu por meio de processos de avaliação da equipe técnica do CTA-ZM e sua diretoria, a partir da compreensão da necessidade de ações contínuas envolvendo crianças e adolescentes e, além disso, toda a estrutura pedagógica e educacional das escolas da Zona da Mata onde ocorrem as atividades.

Atualmente, o CTA-ZM, por meio do Programa Educação e Agroecologia, realiza atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, além de processos de formação com professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e diretoras/es de escolas da Zona da Mata. O Programa também desenvolve projetos em sua sede, com crianças e adolescentes das comunidades do entorno. Além disso, participa de atividades diversas do CTA-ZM e de organizações parceiras, garantindo acolhimento e formação para as crianças por meio das cirandas.

Ao longo dos seus anos de atuação, o Programa Educação e Agroecologia é uma referência nacional no trabalho em educação e agroecologia, contribuindo com a centralidade das crianças na promoção da agroecologia e com práticas e materiais socioeducativos para o trabalho de educação ambiental de base agroecológica com crianças e adolescentes.

As infâncias são sujeitos ativos nas construções agroecológicas. Essa perspectiva reconhece a infância como sujeito político, cujos conhecimentos devem ser ouvidos, reconhecidos e valorizados. A Zona da Mata, nesse sentido, se torna um território vivo de experiências socioambientais e que reconhece a centralidade desses sujeitos.

O trabalho com crianças e adolescentes faz parte, portanto, do projeto de construção da agroecologia e defesa da agricultura familiar. Ainda há, contudo, poucas ações do movimento agroecológico nos anos escolares iniciais e é necessário valorizar a cultura popular nas infâncias. A invisibilização de crianças e adolescentes dificulta a elaboração de políticas públicas destinadas a esses grupos, o que deve ser repensado e pautado na agroecologia. Crianças e adolescentes realizam mudanças importantes no âmbito familiar, assim como nas comunidades em que estão inseridas/os. Há, dessa forma, uma necessidade latente de um olhar reflexivo, atento e cuidadoso a respeito da importância de crianças e adolescentes em nossa sociedade.

3.2.10. Mulheres

As mulheres estão, historicamente, à frente dos anúncios e das denúncias em defesa dos territórios e da vida; são, ainda, as primeiras a sofrer com as ameaças, a exemplo da mineração, dos agrotóxicos e da monocultura. Apesar disso,

ainda há muito o que se avançar para o reconhecimento do papel das mulheres na sociedade, tanto no meio público quanto privado, incluindo a dimensão familiar, os movimentos sociais, organizações e entidades políticas.

Comumente, as mulheres não são ouvidas em suas casas e nos movimentos e organizações dos quais participam. Elas relatam que falta a divisão justa do trabalho e da renda familiar, o que gera sobrecarga e exaustão e contribui para a falta de autonomia para gerir os recursos financeiros. A exaustão ainda é agravada quando assumem posições de liderança, pois as múltiplas jornadas de trabalho se intensificam. A coordenação das comunidades, geralmente exercida por mulheres, também as sobrecarrega, dificultando sua presença em outros espaços políticos e de liderança nas organizações.

Nos movimentos e nas entidades, as mulheres que já ocupam cargos de liderança, como nos sindicatos, buscam maior acesso às cooperativas. Contudo, persistem desigualdades que exigem o apoio de todas/os, incluindo os homens, para garantir esse acesso.

Como forma de superar este cenário de desigualdades, as mulheres demandam formação e promoção de espaços sobre gênero e feminismo para toda a família, nas escolas e dentro dos movimentos, assim como a difusão da ideia de que a participação político-social consiste em um tempo que também deve ser reconhecido como produtivo. Isso significa que o tempo dedicado à luta por direitos, à organização comunitária e à reivindicação de políticas públicas deve ser reconhecido como um investimento essencial no bem-estar coletivo e na transformação social.

A participação das mulheres na política e nos movimentos sociais não é apenas uma atividade, mas uma contribuição direta e necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse envolvimento deve ser valorizado e respeitado da mesma forma que qualquer outra atividade considerada produtiva, pois é por meio dela que se promovem mudanças significativas e se conquistam direitos fundamentais para todas e todos.

Além disso, a abordagem sobre as relações entre agroecologia e renda é importante e deve continuar sendo trabalhada. A Caderneta Agroecológica, nesse sentido, é um instrumento político-pedagógico valioso para este processo, mas ainda carece de momentos de devolutiva de forma a envolver não apenas as mulheres, mas toda a comunidade.

No que tange às políticas públicas, há uma grande lacuna de informações acessíveis sobre como as mulheres podem, efetivamente, acessar os mercados e lidar com as complexidades burocráticas. É imprescindível que haja uma abordagem mais abrangente e integrada, que considere não só as ferramentas de apoio à produção, mas, também, as condições necessárias para garantir o acesso das mulheres aos mercados e às políticas públicas de forma justa e sem barreiras relacionadas ao gênero.

O fortalecimento da pauta das mulheres aponta para a ampliação do debate de gênero para a sociedade como meio para que elas e seus trabalhos sejam devidamente reconhecidos. As mulheres querem seus nomes nos documentos (titularidade de contas, DAP/CAF, terra etc.), ocupar seu lugar na agricultura

familiar, aumentar a comercialização de sua produção e o acesso a cooperativas, avançar com as farmácias vivas e ter a divisão justa do trabalho doméstico.

Para garantir a igualdade de gênero e sob a perspectiva de que sem feminismo, não há agroecologia, é necessário implementar ações voltadas ao reconhecimento das mulheres nos espaços políticos, sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, algumas propostas para o fortalecimento da pauta das mulheres são: fomento a grupos organizados; avanço dos processos de formação; promoção de intercâmbios para mulheres; realização de debates nas comunidades sobre as pautas das mulheres; aumento da participação das mulheres nas feiras, nas organizações e nos movimentos; elaboração de um plano de ação para organização dos grupos de mulheres; desenvolvimento de aplicativo de celular para acompanhamento da produção e da renda; e realização de campanha sobre a divisão justa do trabalho doméstico.

4. *Gestão e Monitoramento*

Desde a aprovação da lei que criou o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais, o Comitê do Polo tem sido espaço de debate, encontro e deliberação sobre suas ações. Este Comitê é uma articulação formada por movimentos sociais, organizações de apoio, sindicatos, cooperativas, grupos produtivos, de jovens, de mulheres, de estudantes, de militantes, instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam na região e mandatos ligados à Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Os encontros do Comitê foram, inicialmente, presenciais e, depois, principalmente virtuais, devido à pandemia da Covid-19.

O contínuo fortalecimento da organicidade do Polo é necessário para que ele tenha uma dinâmica organizativa e deliberativa que facilite e potencialize a mobilização de sujeitos e organizações dos municípios da região e para que tenha, também, uma representatividade em outras instâncias, em âmbito estadual e nacional. Para fortalecer essa organicidade, foi constituído o Grupo Operativo, composto por representantes da COOPAF Muriaé, CPT, CTA-ZM, ECOA/UFV, EFA Paulo Freire, FETRAF-MG, PJR, Fomene, MST e Associação Orgânicos da Mata. As plenárias ampliadas do Polo ocorrem na UFV, durante a Troca de Saberes, no gramado-escola.

O fortalecimento do Plano exige permanente acompanhamento, avaliação e sistematização das ações implementadas, além da manutenção de espaços de diálogo com a gestão pública. Essas tarefas deverão ser assumidas pelo Grupo Operativo e pelos grupos de trabalho temáticos que venham a se organizar no âmbito do Polo, conforme os eixos de seu Plano. O engajamento contínuo dessa diversidade de sujeitos e organizações é o que garante a vitalidade e a força política do Polo enquanto instrumento de promoção da agroecologia na região.

Abaixo, segue o principal conteúdo do Plano: as metas e iniciativas de cada eixo temático, construídas coletivamente nesta Rede de organizações e movimentos. Antes, apresentamos os princípios e diretrizes que direcionam as ações a serem desenvolvidas.

II. Estrutura do Plano

5. Princípios e diretrizes

De acordo com a Lei nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018, as ações governamentais relacionadas ao Polo observarão os seguintes princípios:

- I - Desenvolvimento sustentável;
- II - Participação e protagonismo social;
- III - Preservação ambiental com inclusão social;
- IV - Segurança e soberania alimentar;
- V - Diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

As ações relacionadas à implementação do Polo, definidas em lei, contarão com a participação de representantes de agricultoras/es familiares e de entidades públicas e privadas ligadas à produção e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos, observando as seguintes diretrizes:

- I - Fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;
- II - Valorização da agrobiodiversidade e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados;
- III - Estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural;
- IV - Promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável;
- V - Transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação;
- VI - Estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investi-

mentos na produção e no aumento da oferta de produtos;

VII - Consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos, em metodologias de trabalho relativas ao desenvolvimento rural e ao manejo de agroecossistemas;

VIII - Reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores;

IX - Fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;

X - Apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;

XI - Fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;

XII - Apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor;

XIII - Incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural;

XIV - Promoção de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural;

XV - Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, da qualidade de produtos agroindustrializados, das tecnologias e das máquinas socialmente apropriadas e consideradas como de baixo impacto ambiental;

XVI - Apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;

XVII - Incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas;

XVIII - Reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

6. Eixos e objetivos

Para alcançar os objetivos do Plano, suas metas e iniciativas foram organizadas em sete eixos estruturantes. A definição inicial desses eixos teve como referência a construção dos Planos Nacionais de Agroecologia I e II (Planapos 2013-2015 e 2016-2018), indicada no Quadro abaixo. O processo do Planapo II foi desmobilizado em decorrência do golpe, que retirou do cargo a presidenta Dilma Rousseff; na sequência desses eventos, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) foi extinta pelo governo de extrema direita, que assumiu em 2019. Com a reeleição de um governo democrático, a CNAPO foi reativada, em 2023, e deu início à elaboração do Planapo III.

Eixos do Planapo II	Eixos do Plano Regional do Polo
1. Terra e Território 2. Produção 3. Comercialização e Consumo 4. Conhecimento 5. Uso e Conservação dos Recursos Naturais 6. Sociobiodiversidade	1. Terra e Território 2. Produção 3. Economia Popular, Comercialização e Consumo 4. Educação, Formação e Conhecimento 5. Bens Comuns e Sociobiodiversidade 6. Cultura e Comunicação Populares 7. Saúde Popular e Práticas Tradicionais

Quadro 1 - Eixos do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e eixos adaptadas para o Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica (Plano do Polo).

A elaboração do Planapo I contou com ampla participação da sociedade civil e das organizações ligadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Foram realizados seminários regionais (o seminário Sudeste ocorreu na sede do CTA-ZM, em Viçosa) e um seminário nacional de concertação com o governo. O Planapo II foi elaborado já com as organizações e movimentos dialogando diretamente com o governo, no âmbito da CNAPO, e tendo como referência cronológica a elaboração do Plano Plurianual. Para a avaliação e a elaboração do Planapo II, também foram realizados seminários regionais e o da região Su-

deste, novamente, foi realizado em Viçosa, no campus da UFV.

Esse processo indica que, se por um lado, a Zona da Mata contribuiu, diretamente, levando suas demandas e referências para os Planapos I e II, por outro, a elaboração do Plano do Polo representou o caminho de volta. A experiência acumulada com a elaboração de dois planos nacionais de agroecologia, que envolveu organizações sociais de todo o país e representantes de diferentes órgãos de governo, aterrissou de volta na Zona da Mata.

Essa aterrissagem acomodou uma série de ajustes para contemplar o contexto da região naquele momento. A definição dos eixos (Figura 1), a partir de ajustes e acréscimos em relação aos Planapos, só foi possível em razão da participação das entidades da região. Para além do movimento regional-nacional-regional, a atualização e a aderência do Plano aos anúncios e às denúncias do território exigirão revisão periódica, que é, em si, um processo de animação e mobilização de seus atores sociais.

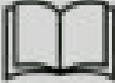


Figura 1 - Eixos do Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica (Plano do Polo)

O Quadro abaixo apresenta os sete eixos do Plano do Polo e os objetivos³⁷ relacionados a cada um deles:

Eixo	Objetivos
 Terra e território	Garantir acesso à terra e aos territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentadas/os da reforma agrária e de outras modalidades de acesso à terra.

³⁷ Os objetivos são gerais para o conjunto do Plano e podem corresponder a um ou mais de seus eixos.

 <p>Produção</p>	<p>Ampliar e fortalecer a produção e o beneficiamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando, também, a agricultura urbana e periurbana.</p>
 <p>Economia popular, comercialização e consumo</p>	<p>Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas; e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.</p>
 <p>Educação, formação e conhecimento</p>	<p>Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em Agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio do reconhecimento da cultura local, do intercâmbio de conhecimentos e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.</p>
 <p>Bem comum e sociobiodiversidades</p>	<p>Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.</p>
 <p>Cultura e comunicação populares</p>	<p>Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares; reconhecer e fortalecer a cultura popular, em suas mais diversas dimensões (alimentar, artística, religiosa etc.); e promover processos de comunicação popular e de democratização dos meios de comunicação.</p>
 <p>Saúde popular e práticas tradicionais</p>	<p>Reconhecer e fortalecer as práticas de saúde popular e práticas tradicionais de cuidados em suas mais diversas dimensões; apoiar a produção, o beneficiamento, o armazenamento, a distribuição e a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; e ampliar sua visibilidade e consumo.</p>

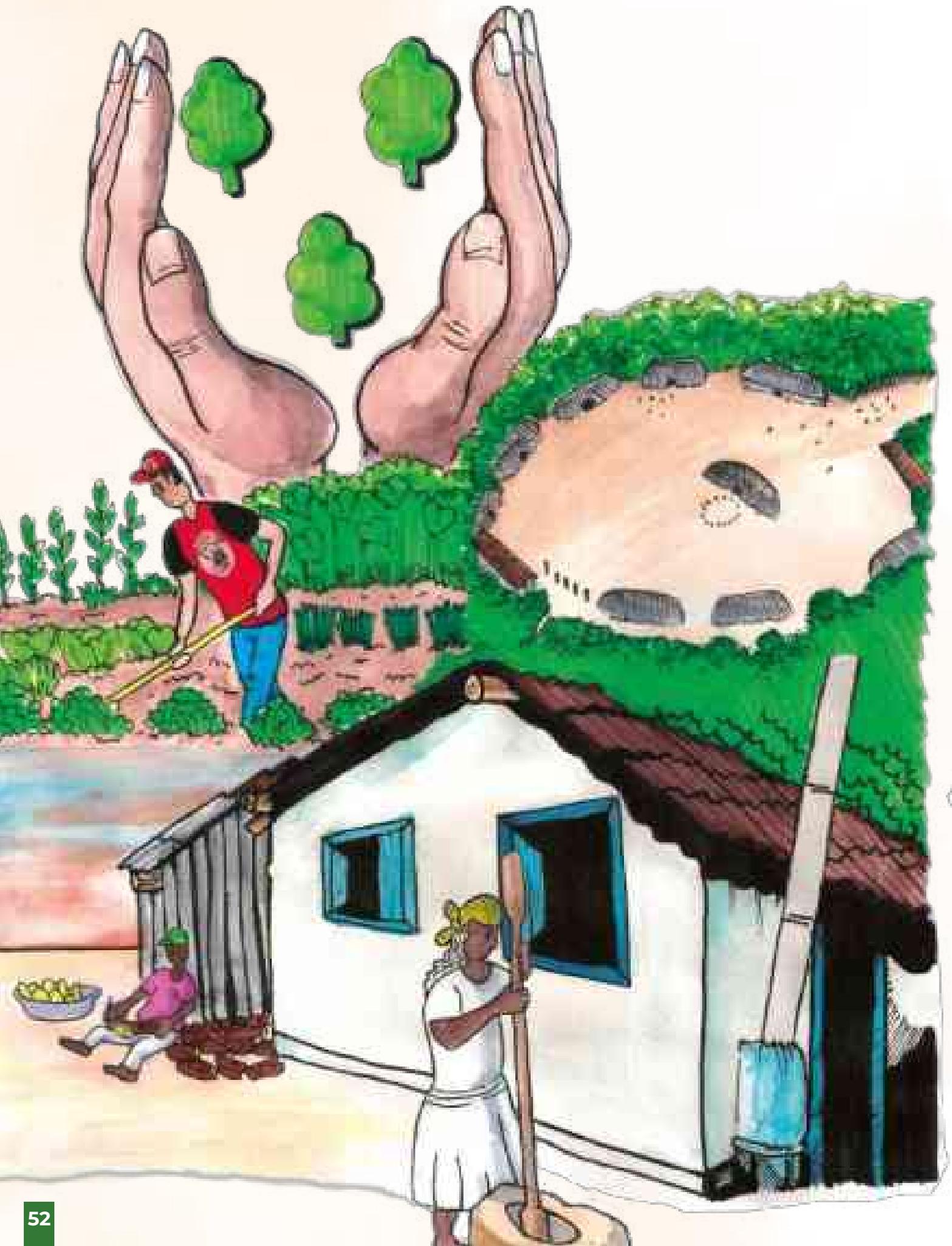
Quadro 2 - Eixos e objetivos do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica da Zona da Mata (Plano do Polo).

7. Metas e iniciativas

As metas e as iniciativas estão organizadas nos sete eixos do Plano. Cada um dos eixos possui metas que dizem respeito aos resultados tangíveis esperados para um conjunto específico de iniciativas (Quadro 3). As metas permitem a geração de indicadores que apoiam os processos de avaliação e monitoramento do Plano. As iniciativas são ações concretas, financeira e politicamente viáveis e contextualizadas à região. As iniciativas foram organizadas por eixo, de acordo com cada meta; para cada uma delas, estão indicados órgãos públicos e/ou organizações sociais responsáveis por mobilizar, articular e implementar sua execução.

Eixo	Tema	Metas	Iniciativa
1	Terra e território	2	23
2	Produção	7	33
3	Economia popular, comercialização e consumo	3	35
4	Educação, formação e conhecimento	5	52
5	Bens comuns e sociobiodiversidade	8	49
6	Cultura e comunicação populares	2	29
7	Saúde popular e práticas tradicionais	4	34
Total		31	255

Quadro 3 - Eixos do Plano com o número de suas metas e iniciativas.



Eixo 1: Terra e Território

Meta 1: Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais e de acesso aos bens naturais aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, comunidades quilombolas e assentadas/os da reforma agrária e demais modalidades de acesso à terra.

Iniciativas

1. Promover oficinas e seminários sobre direitos territoriais nas/das comunidades quilombolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Rede Sapoqui; Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); organizações da sociedade civil.

2. Promover a certificação das comunidades quilombolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Fundação Cultural Palmares; Rede Sapoqui.

3. Promover a titularização das comunidades quilombolas e de seus territórios, fomentando estudos e oficinas prévios nas comunidades sobre a segurança fundiária atual, de forma a ampliar o conhecimento sobre a situação fundiária atual das comunidades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-MG); Rede Sapoqui; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG); Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG); Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG).

4. Emitir todos os decretos pendentes de desapropriação por interesse social de territórios quilombolas e para fins de reforma agrária.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-MG); Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG); Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG); Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG); Rede Sapoqui.

5. Fomentar a economia solidária junto às comunidades quilombolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE); Rede Sapoqui; Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais (CEEPS-MG); Movimento da Economia Popular Solidária; Fórum Regional e Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.

6. Desburocratizar o Programa Nacional de Crédito Fundiário na região e dis-

ponibilizar equipe para operá-lo na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); STRs; Sintrafs.

7. Ampliar o número de assentamentos de reforma agrária e assegurar a adoção de práticas agroecológicas, o respeito às áreas de conservação ambiental e as condições ecológicas regionais, priorizando projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, a exemplo dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); MST.

8. Ampliar a regularização fundiária nas Unidades de Conservação de forma participativa.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Estadual de Florestas (IEF); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

9. Garantir a criação de Unidades de Conservação como estratégia para institucionalizar Territórios Livres de Mineração e Barragens.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Estadual de Florestas (IEF); Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); MAM; MAB; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-MG); Subsecretaria de Regularização Fundiária; Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro.

10. Promover estudos que identifiquem os territórios tradicionais (Puri ou outros) na região, auxiliando nos processos de etnogênese Puri.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai (Coordenação regional MG e ES); Movimento de Resurgência Puri (MRP) e demais movimentos Puri da região.

11. Garantir a destinação de 5% dos novos lotes da reforma agrária criados ou reestruturados para a juventude rural.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); MST.

12. Fortalecer a gestão compartilhada dos territórios tradicionais através do reconhecimento e da qualificação dos processos de participação comunitárias nos conselhos e da captação de recursos para o desenvolvimento de projetos populares e autônomos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Rede Sapoqui; MST; ONGs e entidades da sociedade civil.

13. Realizar ações relacionadas à segurança, à proteção das mulheres, bem como aos diversos impactos de empreendimentos no entorno das comunidades, notadamente da mineração na vida das mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimento de Mulheres da Zona da

Mata e Leste (MMZML); CTA-ZM; MAM; MAB; STRs; Sintrafs; cooperativas e associações da Agricultura Familiar; Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro; Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração no Caparaó.

14. Realizar oficinas, cursos e ciclos de assessoria jurídica específicos sobre regularização fundiária com título da terra para as mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: MMZML; CTA-ZM; MAM; MAB; STRs; Sintrafs; cooperativas e associações da agricultura familiar.

15. Implementar Territórios Livres de agrotóxicos, de transgênicos, de mineração, de barragens e de violência contra a mulher.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: MMZML; CTA-ZM; MAM; MAB; STRs; Sintrafs, cooperativas e associações da agricultura familiar.

16. Desenvolver o Projeto de Cartografia Social da Serra do Brigadeiro, para viabilizar a construção do olhar cartográfico do território pelo seu próprio povo e para seu próprio povo.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: UFRV; Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro; CTA-ZM; associações, sindicatos e cooperativas da agricultura familiar; NACAB.

17. Realizar oficinas, cursos, outras atividades de formação e produção de materiais sobre os impactos e a necessidade do enfrentamento da mineração, das barragens, dos agrotóxicos e dos transgênicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: MAM; MAB; Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro; Comitê local da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Meta 2: Consolidar assentamentos da reforma agrária, Unidades de Conservação de uso sustentável, territórios de comunidades quilombolas, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais como áreas prioritárias para a promoção da produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativas

1. Prover estruturas adequadas para os assentamentos de reforma agrária.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

2. Divulgar e assessorar as comunidades quilombolas para acesso ao Selo Quilombos do Brasil.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Fundação Palmares; Rede Sapoqui.

3. Elaborar e executar projetos voltados à segurança e soberania alimentar e nutricional e à geração de renda de famílias indígenas, quilombolas e de assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Centro Colaborador em Alimentação e

Nutrição Escolar (Cecane); Funai (Coordenação Regional MG e ES); CONSEA-MG; universidades; institutos federais (IFs); Rede Sapoqui; Movimento de Ressurgência Puri; MST; STRs e Sintrafs.

4. Criar Observatório Regional Popular que articule movimentos, grupos de pesquisa e demais organizações que atuam contra a mineração, os agrotóxicos, os transgênicos, as barragens e os empreendimentos que impactam os territórios.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Observatório Agroecológico do Bem Viver e/ou outro observatório a ser criado.

5. Promover ações que viabilizem o acesso das comunidades quilombolas ao CAF Quilombola.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; STRs; Sintrafs; Rede Sapoqui; Federação N'golo; organizações parceiras.

6. Contribuir na construção e implementação do Plano Popular do Bem Viver para o Território da Serra do Brigadeiro, fomentando e ampliando iniciativas agroecológicas que já são desenvolvidas, como a produção agroecológica e orgânica, o plantio de água, o resgate das sementes crioulas, das raças caipiras e a valorização dos saberes e sabores tradicionais, entre outras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro e parceiras/os.

Eixo 2: Produção

Meta 1: Viabilizar o acesso de agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana e as/os produtoras/es orgânicas/os, às políticas e instrumentos de financiamento, seguro e segurança de renda, adequados aos sistemas de produção de base agroecológica, à produção orgânica e da sociobiodiversidade.



Iniciativas

1. Identificar fundos de apoio à agroecologia e de financiamento de redes de agroecologia e de transição agroecológica e incentivar parcerias para o direcionamento de recursos a iniciativas da sociedade civil de promoção da agroecologia e da produção orgânica, incluindo microcrédito, poupanças comunitárias, fundo rotativo, entre outros.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Facilitar o financiamento para a transição agroecológica e a produção orgânica em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei nº 21.146, de 14/01/2014), incluindo convênios, doações e dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades participantes e recursos do Fundo de Erradicação da Miséria.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; secretarias e fundações estaduais; Ministério Público Estadual; Ministério Público Federal; EPA-MIG.



Meta 2: Viabilizar o acesso de agricultoras/es familiares, assentadas/os de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtoras/es orgânicas/os a políticas públicas que estimulem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuadas entre governo e sociedade civil.

Iniciativas

1. Destinar recursos para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade da região, garantindo que ao menos 40% dos projetos sejam específicos para mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Governo do estado; fundações; fundos.

2. Instituir o Programa Estadual de Fomento à Agroecologia para a agricultura familiar na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Governo do estado; fundações; fundos.

3. Promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, produção orgânica e extrativismo, dentre outros, da palmeira Jussara.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Governo do estado; Emater; EPAMIG; universidades; institutos federais; SPG.

4. Subsidiar infraestrutura de processamento e comercialização do mel.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Governo do estado; Emater; EPAMIG, universidades.

Meta 3: Aumentar, na região, as unidades de produção certificadas conforme regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando a agricultura familiar, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas

1. Ampliar a quantidade de agricultoras/es habilitadas/os ao acesso a políticas públicas para a produção orgânica e sua inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SPG; CTA-ZM; Emater.

2. Promover a qualificação de técnicas/os, agricultoras/es e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização da produção orgânica de acordo com a legislação de orgânicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SPG; Comissão da Produção Orgânica de Minas Gerais (CPOrg); MAPA; CTA-ZM; Emater.

3. Apoiar a organização e a qualificação de grupos de produtoras/es para o controle social, por meio de organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica (SPG) e organizações de controle social (OCS), visando à regularização e à atuação na rede de produção orgânica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; CPOrg-MG; MAPA; Emater.

4. Criar meios para estabelecer acordos de parceria para fomento, cadastramento e fiscalização de Organizações de Controle Social (OCS) na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; SPG; CPOrg-MG; MAPA; Emater.

5. Apoiar agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais da região, organizadas/os em grupos, para obtenção de garantia da qualidade orgânica da Unidade de Produção Familiar, de forma a serem incluídas/os no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; CTA-ZM; SPG; governos federal e estadual.

Meta 4: Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e na produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Iniciativas

1. Atender grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de Ater, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades, institutos federais, Emater, CTA-ZM, entidades de Ater, organizações das famílias agricultoras.

2. Apoiar a articulação de grupos produtivos de mulheres em redes, por meio de ações de Ater específicas para mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: MMZML; universidades; institutos federais; Emater; CTA-ZM; entidades de Ater; organizações das famílias agricultoras.

3. Atender mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: MMZML; universidades; institutos federais; Emater; CTA-ZM; entidades de Ater; organizações das famílias agricultoras; prefeituras; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

4. Contribuir com a implementação e a estruturação de quintais das mulheres para o bem-viver (chamados, por alguns, de produtivos) para apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Emater.

5. Articular a oferta de Ater específica para mulheres rurais com outras políticas públicas, especialmente de mercados institucionais (PAA, PNAE e Cozinhas Solidárias), com foco na agroecologia.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Emater; Cecane UFV; governos estadual e federal.

6. Incentivar a participação de grupos produtivos de mulheres em mercados institucionais, justos e solidários e promover feiras feministas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MMZML; Emater; Rede Raízes da Mata; universidades; institutos federais.

7. Realizar pesquisa sobre o acesso das mulheres da Zona da Mata às políticas públicas estaduais para o meio rural.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa.

8. Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica e/ou agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade entre grupos de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa; Emater.

Meta 5: Criar e implementar um programa estadual de bioinsumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativas

1. Elaborar Plano de Ação para promover inclusão produtiva com segurança sanitária, priorizando sistemas de produção artesanal e de base agroecológica, reconhecendo as especificidades culturais e produtivas da agricultura familiar.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; câmaras municipais; conselhos municipais; movimentos e organizações sociais.

2. Elaborar Plano de Trabalho de revisão e adequação de normas sanitárias incidentes sobre os elos dos sistemas de produção relacionados à sociobiodiversidade, em âmbito estadual e municipal.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; CTA-ZM; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa; Emater.

3. Apoiar processos participativos de obtenção dos serviços de inspeção municipal, estadual e/ou federal e de selos voltados para a agricultura familiar, produção artesanal, orgânica e agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; CTA-ZM; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa; Emater.

4. Promover estudos e pesquisas de forma partici-

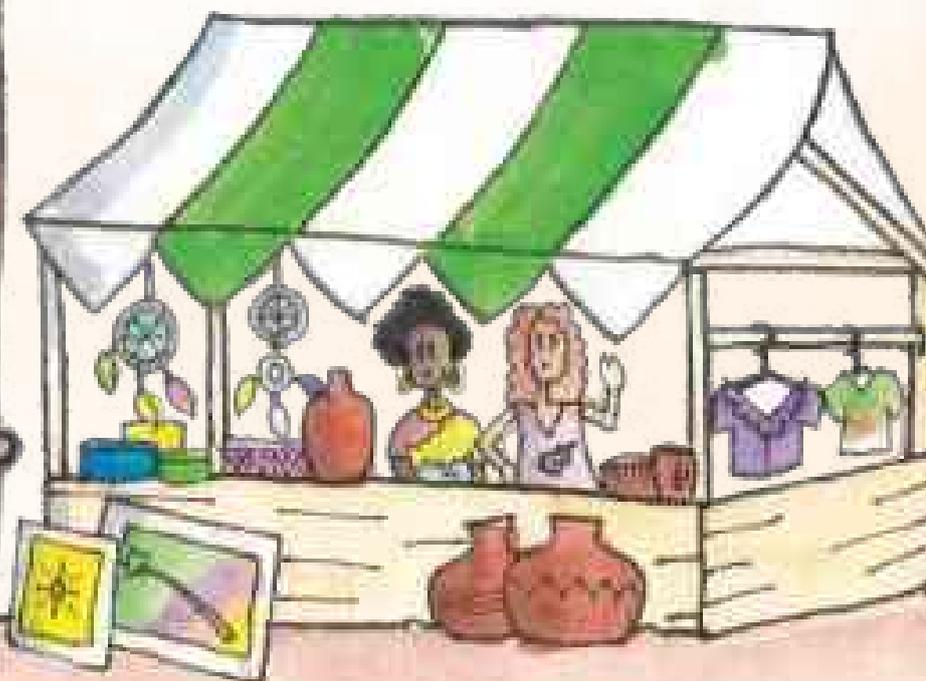


pativa sobre o patrimônio alimentar da Zona da Mata, com indicação geográfica e denominação de origem.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; CTA-ZM; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa; Emater; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

Eixo 3: Economia Popular, Comercialização e Consumo

Meta 1: Promover a comercialização e o consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da socio-biodiversidade.



Iniciativas

1. Sistematizar as informações, criar um banco de dados sobre os mercados consumidores de produtos agroecológicos e orgânicos e identificar as lacunas, as demandas e os locais para comercializar os produtos de base agroecológica, orgânicos e da sociobiodiversidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Mogico; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intcoop/UFJF); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV); SPGs.

2. Identificar e priorizar o acesso aos mercados específicos de orgânicos e/ou agroecológicos, inclusive os mercados externos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Central de Abastecimento da Agricultura Familiar (CAFA-BH); Rede Raízes da Mata; associações e cooperativas da agricultura familiar.

3. Promover campanhas intersetoriais dirigidas à população, em geral, e a públicos específicos para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, com ênfase em produtos de origem orgânica e agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Rede Raízes da Mata; Mogico; SPGs.

4. Garantir e ampliar acesso aos recursos para programas de compras institucionais voltados à aquisição de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica, nos âmbitos federal, estadual e municipal, garantindo critérios de compra que favoreçam a compra de alimentos de mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; governo estadual; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

5. Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras e acompanhar a participação de mulheres nas compras institucionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Cecanes; CTA-ZM; organizações da agricultura familiar e prefeituras; conselhos municipais; STRs; Sintrafs; associações e cooperativas da agricultura familiar.

6. Realizar eventos periódicos com gestores públicos e outros responsáveis pelas aquisições de alimentos para incentivar a compra de alimentos de origem orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG); CONSEA; STRs; Sintrafs; associações e cooperativas da agricultura familiar; movimentos e organizações sociais.

7. Promover identidade e visibilidade dos produtos da agricultura familiar como estratégia para sua valorização (Selo Nacional da Agricultura Familiar – SENAF).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; associações e cooperativas da agricultura familiar.

8. Criar identidade visual para os produtos das comunidades quilombolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agroecologia (Nepa/UFJF); Rede Sapoqui.

9. Apoiar e incentivar grupos produtivos na criação de identidades visuais dos produtos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Rede Raízes da Mata.

10. Realizar campanha permanente de promoção dos produtos orgânicos para apresentar seus benefícios ambientais, sociais e nutricionais, estimular o seu consumo e divulgar os princípios agroecológicos e as práticas produtivas que respeitem a biodiversidade (por exemplo, a Campanha Comida de Verdade no Campo e na Cidade – ANA).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Mandatos parceiros; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em articulação comunicadoras/es dos movimentos e SPGs.

11. Implementar e apoiar a cultura do cooperativismo e do associativismo, assim como os trabalhos em redes e coletivos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Cooperativismo e Acesso a Mercados do Polo.

12. Qualificar e estruturar cooperativas e associações da agricultura familiar para acesso a mercados.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Cooperativismo e Acesso a Mercados do Polo.

13. Incentivar a estruturação de feiras, redes, centrais de comercialização entre outras iniciativas locais e regionais de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Cooperativismo e Acesso a Mercados do Polo; governo do estado; CAFA; prefeituras e câmaras municipais; CONSEAs estadual e municipais.

14. Publicar editais visando à realização de feiras culturais feministas para a comercialização de produtos e sementes agroecológicos e da sociobiodiversidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: governo estadual; governos municipais; fundações.

15. Criar, nos municípios, mecanismos de incentivo à compra institucional dos produtos da agricultura familiar, como o vale, para que funcionárias/os da prefeitura comprem nas feiras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; câmaras municipais; movi-

mentos e organizações sociais.

16. Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangências estadual, nacional e internacional.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: governo estadual; prefeituras; CPOrg-MG; SPGs.

17. Promover a inserção de produtos da agrobiodiversidade brasileira na estratégia de resgate e apoio à comercialização, via parceria com o movimento *Slow food*.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SPGs.

18. Capacitar jovens rurais em ecogastronomia, por meio de parceria com o movimento *Slow Food*.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Quintal Solidário.

Meta 2: Ampliar a capacidade produtiva regional.

Iniciativas

1. Investir em centrais de processamento e comercialização, cooperativas, associações, cozinhas comunitárias e armazéns populares.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Cooperativismo e Acesso a Mercados do Polo; CTA-ZM; CAFA; governo estadual; prefeituras.

2. Aprofundar o debate acerca da regularização sanitária da produção da agricultura familiar, como o selo ARTE para produtos artesanais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Cooperativismo e Acesso a Mercados do Polo; SPGs.

3. Promover circuitos, feiras, mercadinhos e demais redes de economia popular, comercialização e consumo específicos para as mulheres, tendo em vista o incentivo à produção nos quintais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MMZML; prefeituras; Sintrafs; STRs.

4. Fortalecer leis municipais para compra de produtos específicos para o atendimento da produção de origem dos grupos organizados de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; CTA-ZM; MMZML.

5. Incentivar e criar estruturas e logística adequadas para a comercialização em grandes centros consumidores e/ou em cidades e distritos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; câmaras municipais; Núcleo Gestor da CAFA; movimentos e organizações sociais.

Meta 3: Implementar Circuitos de Turismo de Base Comunitária (TBC).

Iniciativas

1. Realizar levantamento do potencial das comunidades para a implantação de ações de TBC, considerando seus elementos objetivos (produtos, equipamentos, serviços e infraestrutura) e subjetivos (hospitalidade, hábitos, costumes, crenças, organização social etc.).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; mandatos de deputadas/os envolvidas/os com a temática; universidades; institutos federais.

2. Identificar a demanda turística potencial e real dos produtos que serão ofertados pelo TBC e promover uma relação de consumo justa e solidária entre as/os envolvidas/os.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; mandatos de deputadas/os envolvidas/os com a temática; secretarias estaduais; universidades; institutos federais; ITCP/UFV.

3. Promover assessoria para elaboração de planos de desenvolvimento e gestão do TBC, tendo como pilares a ecologia, o alimento saudável, a economia feminista e solidária, a cultura e a religiosidade regional.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Assessoria de parlamentares envolvidas/os com a temática.

4. Realizar oficinas de formação e capacitação das comunidades e povos tradicionais sobre turismo ecológico e comunitário.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Organizações das comunidades interessadas, em parceria com profissionais do turismo, prefeituras, secretarias estaduais e parlamentares envolvidas/os com a temática.

5. Realizar oficinas de formação e capacitação das comunidades e povos tradicionais sobre turismo rural ecológico e comunitário.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: UFJF; Assentamento Denis Gonçalves.

6. Fomentar rotas turísticas que potencializem as experiências interculturais e valorizem e comuniquem os elementos típicos da Zona da Mata Mineira, especialmente aqueles ligados à ruralidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; secretarias estaduais; parlamentares envolvidas/os com a temática.

7. Estimular a criação de um processo endógeno de certificação de TBC que pressuponha os cinco pilares de seu desenvolvimento (ecologia, alimento saudável, economia feminista e solidária, cultura e religiosidade local).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; secretarias estaduais e parlamentares envolvidas/os com a temática.

8. Realizar caravanas e caminhadas ambientais em parceria com gestoras/es das Unidades de Conservação e movimentos sociais da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Comunidade Franciscana; Caminho da

Luz; Caminho Dourado; UFV; caravanas temáticas.

9. Criar estratégias de acesso ao mercado consumidor dos serviços e produtos do TBC.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; secretarias estaduais; parlamentares envolvidas/os com a temática; ITCP/UFV.

10. Buscar apoio ao desenvolvimento do TBC em programas de incentivo ao turismo.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretaria Estadual de Turismo.

11. Buscar apoio de gestoras/es das Associações de Circuitos Turísticos existentes na Zona da Mata Mineira.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; secretarias estaduais; parlamentares envolvidas/os com a temática; ITCP/UFV.

12. Estimular a criação de organizações associativas para o planejamento e gerenciamento das ações e atividades relativas ao TBC e incentivar o protagonismo das comunidades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Organizações e movimentos locais; prefeituras; secretarias estaduais; parlamentares envolvidas/os com a temática; ITCP/UFV.



Eixo 4: Educação, Formação e Conhecimento

Meta 1: Promover serviços de Ater agroecológica, de forma continuada, para as famílias agricultoras, assentadas/os da reforma agrária e pertencentes a comunidades quilombolas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas

1. Qualificar agentes de Ater na perspectiva da agroecologia, garantindo a participação de pelo menos 50% de mulheres entre as pessoas capacitadas através da Troca de Saberes, de Intercâmbios Agroecológicos, Terreiros Culturais, cursos, oficinas e demais processos educativos e encontros da agroecologia.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/UFV); institutos federais; Emater; EPAMIG; CTA-ZM; Rede Sapoqui; Fomene; Escola Nacional de Energia Popular (ENEP).

2. Promover Ater continuada, na perspectiva da agroecologia, para agricultoras/es familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assegurando que ao menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Emater; entidades de Ater; governo do estado; governo federal.

3. Promover Ater agroecológica, continuada e direcionada a famílias assentadas da reforma agrária e demais modalidades de acesso à terra, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Emater; entidades de Ater; governo do estado; governo federal.



4. Implementar Plano de Formação e Qualificação de Agentes de Ater e estabelecer parcerias, garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais, questões étnico-raciais, gênero e juventudes camponesas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; universidades; institutos federais; CTA-ZM; Rede Sapoqui; Fomene; governo do estado; governo federal.

5. Promover ações de formação técnica e construção de conhecimentos a técnicas/os de Ater, voltadas à transição agroecológica, em especial, em manejo florestal e agroflorestal de uso múltiplo, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade, uso e conservação de bens naturais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; ENEP; Emater; universidades; institutos federais; entidades de Ater; governo do estado; governo federal.

6. Promover formações lúdico-educativas, a fim de capacitar jovens (homens e mulheres) e adultas/os para assumir e mediar os espaços da Ciranda das Crianças, buscando abordar diferentes temáticas da agroecologia a partir da arte-educação, do teatro, de brincadeiras, de cantigas e de oficinas, entre outras práticas educativas agroecológicas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MST; GT Infâncias da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Subsecretaria de Mulheres Rurais do MDA.

7. Garantir a realização da Ciranda das Crianças em todos os espaços de formação, intercâmbios, encontros, oficinas, entre outros em que haja demanda, de forma a favorecer a participação integral das mulheres e responsáveis e garantir que as crianças tenham espaços para o brincar e para potencializar as conexões com as temáticas da agroecologia e da cultura popular, de maneira contextualizada às suas realidades e de forma a valorizar sua identidade camponesa.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; UFV (Licena; Educação Infantil; Pedagogia); movimentos e organizações sociais; MST; MAB.

8. Intensificar a sistematização da produção acadêmica e científica e do conhecimento agroecológico contextualizados à região e disponibilizar materiais pedagógicos adequados a técnicas/os, agricultoras/es e estudantes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: universidades; institutos federais; CTA-ZM.

Meta 2: Fomentar processos de construção e socialização coletivas do conhecimento em agroecologia e promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Iniciativas

1. Ampliar o número de projetos de pesquisa, intercâmbios e espaços de construção do conhecimento em agroecologia e suas múltiplas dimensões.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: FAPEMIG; universidades; institutos federais; EPAMIG; Rede Sapoqui; Fomene; CTA-ZM; ECOA/UFV; ENEP; EFAs.

2. Sistematizar experiências regionais desenvolvidas nos sistemas de produção

agroecológicos e com recorte de gênero, geração e etnia, a fim de fortalecer processos de inovação social protagonizados por agricultoras e agricultores familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EFAs; universidades; institutos federais; Rede Sapoqui; Fomene; CTA-ZM; ENEP; entidades de Ater; Núcleos de Estudo em Agroecologia.

3. Instituir parcerias com a EPAMIG, as universidades e os institutos federais para fomentar pesquisa, cooperação técnico-científica e desenvolvimento de tecnologias no uso sustentável da biodiversidade, especialmente com plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases do sistema produtivo, priorizando a participação de mulheres, juventude camponesa, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Licena/UFV; ENEP; CTA-ZM; Rede Sapoqui; Grupo Entre Folhas/UFV.

4. Estimular a formação de profissionais da EPAMIG e da Emater em programas de pós-graduação em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: UFV; UEMG; UFJF; institutos federais.

5. Estruturar, junto à FAPEMIG, projetos de pesquisa em interface com a extensão em agroecologia e produção orgânica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: FAPEMIG; Programas de Pós-Graduação em Agroecologia e Extensão Rural; Mestrado Profissional em Ciências da Natureza (UFV).

6. Incluir os temas relacionados à agroecologia e à produção orgânica nas agendas de prioridades das unidades da EPAMIG com atuação na região e nas secretarias de agricultura dos municípios.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EPAMIG; Emater; entidades de Ater.

7. Promover ações de sensibilização e formação em agroecologia, gênero, raça, etnia e diversidade cultural para profissionais e gestoras/es da EPAMIG, Emater e parceiras/os que atuam na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EPAMIG; Emater; entidades de Ater.

8. Apoiar financeiramente a continuidade das ações de Núcleos e Redes de Núcleos de Estudos em Agroecologia já existentes nas universidades e institutos federais e apoiar financeiramente a construção desses Núcleos nas universidades estaduais e unidades da EPAMIG na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; agências de fomento; GTs da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) presentes na região.

9. Apoiar as instituições de ensino básico, superior e profissional para socialização de conhecimentos de base agroecológica e de tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, contextualizados às realidades locais,

para educadoras/es, educandas/os, técnicas/os e agricultoras/es, estimulando o intercâmbio a partir dos movimentos sociais e do campo agroecológico.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; Rede Sapoqui; Fomene; CTA-ZM; ECOA/UFV; ENEP; EFAs; GTs da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) presentes na região.

10. Realizar e apoiar eventos regionais de articulação e intercâmbio em agroecologia, em parceria com universidades, institutos federais, EPAMIG, Emater e Embrapa.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Troca de Saberes; Caravanas; Terreiros Culturais; Festa da Terra; Mutirões e Intercâmbios Agroecológicos; Festa de São Pedro; Festa de Nossa Senhora do Rosário.

11. Realizar pesquisas na região para avaliar os efeitos dos sistemas agroecológicos sobre os benefícios da natureza (serviços ecossistêmicos) no enfrentamento das mudanças climáticas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) e com a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC/Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima), para redução das emissões de gases de efeito estufa.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: FAPEMIG; CNPq; universidades; Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); articulações regionais.

12. Incentivar pesquisas sobre soberania alimentar, associadas às mulheres, aos quintais, às comunidades quilombolas e a seu papel na alimentação e na saúde das famílias e utilizar, para as pesquisas, eventos e encontros, como intercâmbios, caravanas, Troca de Saberes e outros.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; ECOA/UFV; FAPEMIG; CNPq; MDA; Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do MMA; MDS.

13. Apoiar processos de comunicação ligados à divulgação das pesquisas e seus aspectos metodológicos e pluralidades de conhecimentos válidos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: ECOA/UFV; universidades; institutos federais; CTA-ZM; FAPEMIG.

Meta 3: Promover educação com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes, agentes de Ater, produtoras/es, agricultoras/es familiares, assentadas/os de reforma agrária e de outras modalidades de acesso à terra, povos indígenas, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, professoras/es da educação básica, técnica e superior, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativas

1. Fortalecer, por meio de emendas parlamentares, a educação profissional técnica de nível médio e nível fundamental com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes das EFAs Paulo Freire, Puris,

Sem Peixe, Serra do Brigadeiro, Jequeri e Margarida Alves e para produtoras/es, agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Apoiar a formação de educandas/os das EFAs (nível médio) e Licenciatura em Educação do Campo - Licena/UFV (nível superior), visando à capacitação e à formação profissional em agroecologia e produção orgânica de trabalhadoras/es rurais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Institutos federais; universidades; Licena/UFV; movimentos sociais; ENEP; CTA-ZM; secretarias e conselhos municipais de educação.

3. Apoiar a formação continuada de educadoras/es egressas/os de Licenciatura em Educação do Campo, institutos federais e demais instituições de formação docente que estão atuando nas EFAs (Paulo Freire, Puris, Sem Peixe, Serra do Brigadeiro, Jequeri, Margarida Alves e Dom Luciano) e escolas do/no campo, com vistas à inserção e ao fortalecimento da agroecologia como constitutiva da matriz pedagógica dessas instituições.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Institutos federais; universidades; Licena/UFV; Movimentos sociais; ENEP; CTA-ZM.

4. Realizar espaços de formação específicos para mulheres, incentivando e ampliando diálogos sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres e os impactos da violência nas distintas dimensões da vida.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MMZML; Casa das Mulheres.

5. Construir Programa de Formação para mulheres e homens para compreender as diferentes formas de violência contra as mulheres, garantindo participação mínima de 30% de jovens homens e mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MMZML; Unicafe; associações e cooperativas da agricultura familiar; Fomene; Rede Sapoqui.

6. Criar e fortalecer os Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres com capacitação para conselheiras, tendo em vista a troca de experiências entre os conselhos existentes e demais grupos potenciais na Zona da Mata.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; prefeituras; câmaras municipais; MMZML.

7. Ampliar e fortalecer iniciativas que trabalham com as Cadernetas Agroecológicas, tendo em vista o planejamento e o beneficiamento da produção protagonizados pelas agricultoras e pelas comunidades quilombolas da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; MMZML; STRs; Sintrafs; Rede Sapoqui; Fomene.

8. Apoiar a formação de educandas/os em escolas do/no campo (municipais e estaduais) e de curso superior (qualquer área do conhecimento), propiciando a formação e o conhecimento de agricultoras/es agroecológicas/os e orgânicas/

os.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias municipais de educação; universidades; Licena/UFV; AMEFA; Secretaria Estadual de Educação.

9. Apoiar a formação continuada de educadoras/es nas comunidades auto-identificadas como quilombolas, implementando e fortalecendo a modalidade educação escolar quilombola nas escolas que atendem essas comunidades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Rede Sapoqui; CTA-ZM; Fomene.

10. Realizar intercâmbios entre escolas que atendem comunidades quilombolas para trocas de experiências entre gestoras/es, professoras/es, estudantes e comunidades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EFAs; Rede Sapoqui; CTA-ZM; Fomene; universidades.

11. Promover formação nas escolas que atendem comunidades quilombolas com as temáticas da soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia e identidade quilombola.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EFAs; Rede Sapoqui; CTA; Fomene; universidades.

12. Criar e/ou ampliar espaços de diálogo sobre educação escolar quilombola junto às secretarias municipais de educação, superintendências regionais de ensino e as comunidades quilombolas autoidentificadas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias de educação; superintendências; Rede Sapoqui; Fomene.

13. Apoiar a certificação quilombola das escolas que atendem comunidades quilombolas situadas tanto dentro quanto fora desses territórios.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias de educação; superintendências; Rede Sapoqui; Fomene.

Meta 4: Ampliar a formação das infâncias em agroecologia e ampliar a participação das juventudes em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, autonomia, fortalecimento da identidade camponesa e contribuindo para a permanência no campo, se assim as/os jovens desejarem.

Iniciativas

1. Incentivar pesquisas sobre juventudes rurais na Zona da Mata e no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica e para as estatísticas da realidade socioeconômica das mulheres rurais da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; MMZML; PJR; universidades; institutos federais; CTA-ZM; organizações de agri-

cultoras/es.

2. Promover Ater agroecológica para juventudes rurais da agricultura familiar, com foco na pedagogia da alternância e com enfoque territorial, com participação de pelo menos 50% de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: AMEFA; universidades; institutos federais; entidades de Ater; CTA-ZM.

3. Realizar atividades específicas voltadas à infância, à adolescência e às juventudes com o objetivo de evitar as altas taxas de evasão das escolas, o fechamento e a nucleação das escolas no/do campo e, ainda, de contribuir para a reinserção de grupos evadidos, a partir de atendimento pedagógico e social específico e de processos coletivos e contextualizados de integração.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; AMEFA; secretarias de educação; superintendências de educação; conselhos municipais de educação.

4. Realizar diagnóstico das dificuldades e potencialidades das escolas, tais como falta de livros, equipamentos de música possíveis de serem emprestados, biblioteca que pode ser utilizada pela comunidade, falta de utensílios de cozinha, falta de cobertura nas quadras; salário de professoras/es, entre outras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: AMEFA; EFAs; Secretaria Estadual de Educação; secretarias municipais de educação; Conselho Estadual de Educação; conselhos municipais de educação; CTA-ZM; universidades; institutos federais; PJR.

5. Instituir Programas de Formação Agroecológica e Cidadã para jovens.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Pastoral da Juventude Rural; Rede Sapoqui; Fomene; governo estadual; governo federal

6. Realizar eventos regionais de articulação e intercâmbio em agroecologia, em parceria com universidades e institutos federais, envolvendo técnicas/os de Ater, servidoras/es do Incra e famílias assentadas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Troca de Saberes; Terreiros Culturais; Festas.

7. Realizar Seminário Regional de Educação em Agroecologia, anualmente, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Núcleos de Agroecologia; institutos federais; universidades; EFAs; AMEFA; Licena/UFV; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

8. Fomentar parcerias com as secretarias municipais e regionais de educação para a promoção de ações educativas em agroecologia no ensino infantil municipal.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; prefeituras; câmaras municipais; conselhos municipais de educação.

9. Garantir investimento específico para as Escolas Família Agrícola da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: governo estadual; AMEFA; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

10. Construir Programa de Educação contextualizada e de base agroecológica para comunidades quilombolas e indígenas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Rede Sapoqui; Fomene; CTA-ZM; ECOA/UFV; OCA; governos municipais, estadual e federal.

11. Realizar Caravana Territorial das Juventudes Rurais e Urbanas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Pastoral da Juventude Rural; Rede Sapoqui; Fomene; EFAs; CTA-ZM; secretarias municipais de educação; conselhos municipais de educação.

12. Realizar intercâmbios entre as escolas urbanas e rurais a fim de promover educação ambiental e alimentar crítica e humanizada.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Pastoral da Juventude Rural; Rede Sapoqui; Fomene; EFAs; CTA-ZM; secretarias municipais de educação; conselhos municipais de educação.

13. Ampliar e qualificar os encontros, eventos e atividades de Ecologia e Diálogo de Saberes Populares e Saberes Científicos a partir do investimento nos Núcleos de Agroecologia existentes na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Construção do Conhecimento da ABA; CNPq; ECOA/UFV.

14. Realizar seminários anuais de juventude e agroecologia visando articular as diversas juventudes do campo.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Campo Unitário; Via Campesina; Contag; Contraf e suas federações.

Meta 5: Implementar estratégias de socialização do conhecimento e de comunicação, com vistas à ampla disseminação da agroecologia e da produção orgânica e à divulgação de seus benefícios ambientais, sociais e à saúde, frente ao público específico do Plano e à sociedade em geral.

Iniciativas

1. Aprimorar e integrar o fluxo de informação no âmbito de redes de agroecologia e produção orgânica, em particular nos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) que atuam na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Núcleos de Agroecologia; ABA.

2. Mapear os grupos de agricultoras/es atendidas/os pelos serviços de Ater, auxiliando na sua integração com as ações em rede, núcleos de estudos e centros de referência.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; CTA-ZM; Núcleos de Agroecologia.

3. Desenvolver pesquisas sobre contaminação de alimentos e de recursos naturais por agrotóxicos e transgênicos, articuladas a uma estratégia de comunicação e divulgação nacional e internacional.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Comitê Regional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; universidades; institutos federais; organizações de agricultoras/es.

4. Pesquisar, revisar, organizar e divulgar as diferentes possibilidades de uso, o valor nutricional, o valor econômico atual ou potencial e o papel de espécies nativas da Zona da Mata na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e na composição de regimes alimentares saudáveis, em especial daquelas espécies já utilizadas na culinária tradicional da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Organizações das igrejas; CONSEA; Rede Raízes da Mata; associações e cooperativas da agricultura familiar; universidades; institutos federais; grupos produtivos de mulheres; Pastoral da Infância; Pastoral da Juventude.

Eixo 5: Bens Comuns e Sociobiodiversidade

Meta 1: Implementar iniciativas para o uso, a produção, o manejo, a conservação, a aquisição e a distribuição de bens genéticos, com acesso facilitado, de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativas

1. Ampliar e consolidar as ações de apoio à produção, manejo, uso e conservação de sementes crioulas e variedades, por meio do fomento à estruturação para beneficiamento e armazenamento das sementes crioulas nas unidades familiares, estimulando a paridade de gênero e participação das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: governo estadual; governos municipais.

2. Promover a abertura dos bancos de germoplasma das instituições públicas de pesquisa com acesso facilitado por agricultoras/es familiares, povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: universidades; Embrapa; EPAMIG.

3. Realizar pesquisas, identificar, sistematizar e disponibilizar informações de forma contínua e articulada em redes locais de gestão da agrobiodiversidade sobre a caracterização de bens genéticos de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; universidades; institutos federais; EPAMIG; Embrapa.

4. Elaborar plano de multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de bens genéticos de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; Embrapa; EPAMIG; Emater; movimentos e organizações sociais; CPOrg; CEDRAF; CMDRS.

5. Fortalecer sistemas locais de abastecimento de sementes crioulas e raças caipiras por meio da compra e distribuição de sementes crioulas, variedades e outros materiais propagativos para alimentação humana e animal, priorizando a compra e a distribuição de material para mulheres, juventudes, camponesas/es e comunidades da agricultura familiar, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Governo federal (Conab/MDA); governo estadual; governos municipais; STRs; Sintrafs; associações e cooperativas da agricultura familiar.

6. Identificar iniciativas e promover arranjos produtivos locais de pequenos animais a fim de conservar e multiplicar a base genética adequada à produção orgânica e de base agroecológica, buscando atender agricultoras/es familiares,



comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; Assentamento Denis Gonçalves; CTA-ZM.

7. Promover o acesso e apoiar projetos que viabilizem a produção e a multiplicação de sementes e mudas varietais e crioulas, incluindo ensaios participativos de avaliação de recursos genéticos e de produtos da sociobiodiversidade de interesse da produção orgânica e de base agroecológica, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, favorecendo a participação das mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governos municipais, estadual e federal; CTA-ZM.

8. Apoiar a estruturação de uma rede de mantenedoras/es e guardiãs/guardiões de variedades de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governos municipais, estadual e federal; CTA-ZM.

9. Promover ações de resgate e melhoria de raças animais adaptadas à região e de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governo federal; governo estadual; movimentos e organizações sociais.

10. Promover ações de difusão do uso do suporte forrageiro da vegetação nativa, espécies adaptadas ou de produção regional, a fim de assegurar a manutenção das paisagens florestais e evitar o desmatamento para formação de pastagem, bem como a alimentação produzida à base de espécies geneticamente modificadas e com agrotóxicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governo federal; governo estadual; movimentos e organizações sociais.

11. Garantir editais e recursos específicos para a realização de feiras e festas de sementes, mudas e raças crioulas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governos municipais, estadual e federal; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

12. Identificar e promover iniciativas específicas de manejo e conservação de abelhas, com ou sem ferrão, de outros polinizadores e de organismos que atuam no controle biológico.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; movimentos e organizações sociais.

13. Promover ações de Ater e de fomento à diversificação produtiva dos quintais para o bem-viver das mulheres, garantindo a participação de jovens agricultoras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; movimentos e organizações sociais.

14. Promover ações de Ater e de fomento ao cultivo e à valorização de plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e matos de comer (também conhecidos como *plantas alimentícias não-convencionais*).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; movimentos e organizações sociais.

Meta 2: Promover o aproveitamento de fontes renováveis de energia para a agricultura familiar, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas

1. Identificar o potencial regional de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; movimentos e organizações sociais.

2. Capacitar agentes de Ater para ações voltadas à geração e a promoção de fontes renováveis de energia.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; Embrapa; Emater; governo federal; governo estadual.

3. Promover a implantação de biodigestores e de outras tecnologias sociais nas propriedades familiares para o tratamento e o aproveitamento dos resíduos animais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Entidades de Ater; Emater; governo federal; governo estadual; movimentos e organizações sociais.

4. Promover eventos e disponibilizar materiais educativos para incentivar a implantação de estruturas de tratamento de resíduos domésticos, de animais e de agroindústrias.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD); Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); institutos federais; Emater; movimentos e organizações sociais.

5. Promover a implantação de fogões ecoeficientes para segurança alimentar e eficiência energética, associado aos quintais das mulheres para o bem-viver.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; entidades de Ater; governos municipais; governo estadual; movimentos e organizações sociais.

6. Elaborar e implementar um programa de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a partir de sistemas diversificados, priorizando es-

pécies nativas da região e com baixa demanda de insumos externos e de energia, como biogás, rodas de água, carneiro hidráulico, solar e uso de biomassa, entre outras tecnologias.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EPAMIG; Emater; entidades de Ater; governo federal; governo estadual.

Meta 3: Propiciar segurança hídrica (acesso, manejo sustentável, conservação e distribuição de água) com base em princípios agroecológicos.

Iniciativas

1. Implantar tecnologias sociais de acesso à água em unidades familiares de produção, associações e cooperativas da agricultura familiar e comunidades tradicionais, conforme disposto na Lei Estadual nº 23.102/2018, garantindo a participação de mulheres na gestão de pelo menos 70% destas unidades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SEMAD; Instituto Mineiro de Gestão da Água (IGAM); prefeituras; CMDRS; Emater.

2. Realizar melhorias nas estradas rurais, com programas de treinamentos que incluam construção de barraginhas, terraços, lombadas para desvio da água para barraginhas, abaulamentos e cascalhamento e formação sobre a legislação com vistas ao manejo da água.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; CMDRS; câmaras municipais; Senar; Emater; Embrapa; IGAM; Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul.

3. Promover cercamento e recuperação de nascentes e recomposição de mata ciliar, com ou sem a implantação de SAFs, por meio da implantação de tecnologias sociais e processos locais comunitários, incluindo coletivos de mulheres, priorizando mutirões e com o envolvimento das organizações locais e do poder público.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; CMDRS; câmaras municipais; Senar; Emater; Embrapa; IGAM; IEF; Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul; movimentos e organizações sociais.

4. Subsidiar projetos voltados para adequação, conservação e revegetação do terço superior dos morros, a fim de melhorar a infiltração de água e propiciar o aumento da biodiversidade.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; câmaras municipais; Emater; IGAM; IEF; Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul; movimentos e organizações sociais.

5. Promulgar leis municipais que proíbam construções no terço superior dos morros, em torno de nascentes e margens dos córregos e rios das áreas rurais e urbanas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais.

6. Efetuar o cercamento e o estabelecimento de faixas vegetativas, terraços e

barraginhas nas pastagens, com vistas ao controle de erosão e aumento da infiltração de água.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Organizações da agricultura familiar; entidades de Ater; Emater; CMDRS.

7. Estimular a regularização das outorgas e de cadastros de usuários dos recursos hídricos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: IGAM; SEMAD; organizações de agricultoras/es familiares.

8. Subsidiar a construção de fossas ecológicas, o tratamento e a implantação de tecnologias sociais de reutilização da água cinza nas unidades da agricultura familiar e em comunidades quilombolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Entidades de Ater; CMDRS; SEMAD; IGAM.

Meta 4: Promover ações de apoio à conservação e à restauração ambiental nos meios rural e urbano.

Iniciativas

1. Subsidiar a recuperação florestal a partir da implantação de sistemas agroflorestais nos cafezais, da arborização e da recuperação de pastagens.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Órgãos governamentais e não governamentais.

2. Lançar editais de Ater e de pesquisa voltados à promoção de ações de conservação e uso sustentável dos recursos florestais, à segurança alimentar, hídrica e energética e à conservação do solo, da água e da biodiversidade, com vistas à restauração agroecológica da paisagem e à promoção de bens da natureza (serviços ecossistêmicos).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Órgãos federais e estaduais de fomento; FAPEMIG.

3. Identificar e disponibilizar, na plataforma “Agroecologia em Rede”, informações sobre espécies, tecnologias e sistemas de produção de mudas de espécies adequadas à restauração ambiental na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG; movimentos e organizações da sociedade civil.

4. Apoiar a inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR (ou similar), incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais e assentamentos rurais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; IEF; SEMAD; movimentos e organizações sociais.

Meta 5: Promover o uso e manejo sustentável dos solos rurais e urbanos com base em princípios agroecológicos.

Iniciativas

1. Elaborar e implementar Programa de Manejo Ecológico e Conservação dos Solos, para promoção da vida no solo e controle dos processos erosivos e para desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção em unidades da agricultura familiar, assentamentos, comunidades quilombolas e territórios de povos e comunidades tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG.

2. Fomentar práticas ecológicas de manejo dos solos, tais como rotação, adubação verde e orgânica e práticas mecânicas conservacionistas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: FAPEMIG; agências estaduais e federais de fomento.

3. Promover pesquisas participativas sobre plantio direto sem o uso de agrotóxicos, cobertura do solo e aproveitamento de resíduos nas atividades produtivas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; EPA-MIG, FAPEMIG.

4. Implantar ao menos uma central de compostagem de resíduos orgânicos urbanos em cada um dos municípios da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; Emater; prefeituras; câmaras municipais; CMDRS.

Meta 6. Promover ações de educação ambiental popular para propiciar o destino correto do resíduo sólido nos meios rural e urbano.

Iniciativas

1. Promover ações de educação popular nos meios urbano e rural para redução e reciclagem de resíduos, incluindo, especialmente, o plástico e o isopor.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; SEMAD; FEAM; prefeituras; câmaras municipais; conselhos municipais.

2. Garantir a implantação de centrais de coleta seletiva e a correta destinação de resíduos não degradáveis e biodegradáveis nas comunidades rurais, nos distritos e nas cidades, em parceria com as cooperativas locais de catadoras/es.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SEMAD; FEAM; prefeituras; câmaras municipais; CMDRS; cooperativas populares; movimentos e organizações sociais.

3. Incentivar o uso de utensílios (copos, pratos, talheres etc.) biodegradáveis e/ou permanentes em encontros, festas e outras atividades.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais

Meta 7. Promover a redução do uso de agrotóxicos.

Iniciativas

1. Fortalecer e fomentar a criação de comitês locais da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; movimentos e organizações da sociedade civil; STRs; Sintrafs; MST; associações e cooperativas da agricultura familiar.

2. Implementar e realizar controle social da Política Estadual de Redução de Agrotóxicos (PEARA) e da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e reivindicar que o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) seja implementado pelo governo federal.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Fundacentro; Comitês locais da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CONSEA; CEDRAF; CPOrg; CMDRS; Conselho Estadual de Saúde; conselhos municipais de saúde; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; MPF; MPMG; Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

4. Elaborar e implementar leis municipais de redução do uso de agrotóxicos e de promoção da agroecologia e da produção orgânica.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; câmaras municipais; Comitês locais da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CMDRS; conselhos municipais de saúde.

5. Proibir o uso de agrotóxicos em áreas urbanas, próximos às estradas, no entorno de mananciais, nascentes, habitações, escolas e igrejas rurais nos municípios da Zona da Mata.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais; prefeituras; CMDRS; conselhos municipais de saúde; conselhos municipais de meio ambiente.

6. Criar unidades de coleta de vasilhames usados de agrotóxicos em todos os municípios.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SEAPA-MG; Secretaria Estadual de Saúde; produtores, distribuidores e revendedores de agrotóxicos; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Fórum Nacional e Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos; conselhos de bacias hidrográficas.

7. Elaborar diretrizes para transformar a Zona da Mata em Zona Livre de Transgênicos e Agrotóxicos, a começar pelos assentamentos da reforma agrária, territórios de comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e comunidades no entorno de unidades de conservação.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais; Comitês locais da

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CMDRS; movimentos e organizações sociais.

Meta 8. Incentivar o destino de áreas para Unidades de Conservação.

Iniciativas

1. Incentivar a criação e a manutenção de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), de forma participativa, nas áreas urbanas e rurais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: IEF; SEMAD; CMDRS; prefeituras; universidades; institutos federais; ICMBio; Codemas; movimentos e organizações sociais.



2. Elaborar leis que permitam o uso ambiental correto das APAs, sem restringir atividades inerentes à agricultura familiar, como pequenas agroindústrias e turismo.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

3. Apoio à manutenção, à gestão e ao funcionamento das unidades de conservação nacionais, estaduais e municipais localizadas na região, garantindo ampliação das equipes e implantação de programas e projetos de educação e preservação ambiental e o fortalecimento da participação social em seus conselhos consultivos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: IEF; SEMAD; CMDRS e outros conselhos; prefeituras; universidades; institutos federais; ICMBio; Codemas.

4. Elaborar iniciativa sobre os fundos ambientais municipais, garantindo a participação popular e o controle social.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais, prefeituras, conselhos municipais.

Eixo 6: Cultura e Comunicação Populares

Meta 1: Fomentar e qualificar processos, encontros e atividades que reconheçam as identidades culturais regionais.



Iniciativas

1. Realizar Mostra Cultural Quilombola da Zona da Mata, assegurando o protagonismo do povo na sua organização.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; câmaras municipais; Rede Sapoqui.

2. Realizar oficinas, cursos e outras atividades de formação com núcleos de advocacia popular.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Troca de Saberes; ECOA/UFV.

3. Realizar oficinas e atividades com mulheres negras sobre temas relacionados à identidade, autonomia e emancipação.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Fomene/FOPPIR; Troca de Saberes; ECOA/UFV.

4. Fortalecer os grupos culturais e de agroecologia e criar “Pontos de Cultura Popular” e “Pontos de Memória Rural”, como referências culturais na região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; EFA Paulo Freire.

5. Apoiar a implementação de Terreiros Culturais em assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Projetos de Extensão da UFV; Assentamento Denis Gonçalves; Festa da Terra; Fogueira de São Pedro.

6. Apoiar e visibilizar as festas regionais, assegurando o protagonismo do povo em suas realizações.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras e câmaras municipais.

7. Elaborar mecanismos que permitam a participação de grupos culturais e de terapeutas naturais nas festas populares e encontros agroecológicos e da cultura popular, viabilizando logística e estrutura necessárias.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; Escola Maju/Caratinga; ENEP.

8. Realizar atividades de formação sobre as tradições da região, tais como Dança dos Caboclos, Jongo, Caxambu, cultura do João do Mato, congado, bois, folias de reis etc.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos sociais; UFV; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); Fundação Palmares; Funai, secretarias municipais de cultura.

9. Realizar um diagnóstico cultural da região visando identificar e sistematizar práticas e ofícios tradicionais, grupos culturais, festas religiosas, receitas tradicionais, entre outros.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos sociais; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); secretarias municipais de cultura.

10. Promover a formação da juventude no que se refere à cultura popular e

fortalecer, nos jovens, a identidade cultural regional urbana e rural, incluindo temas como músicas, comidas, danças etc.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: GT Juventudes do Polo; movimentos sociais; Fomene; AMEFA.

11. Realizar “Copa da Agroecologia”, com jogos e brincadeiras tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EFAs; AMEFA.

12. Construir programas regionais sobre “Alimentação como tradição e cultura”, a partir de receitas culinárias tradicionais da Zona da Mata, e relacioná-las com as tradições e costumes camponeses e de povos tradicionais da região, a exemplo dos povos e religiões de matriz africana.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Rede Sapoqui; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN); Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.

13. Incentivar, em festas populares, terreiros culturais, eventos e encontros locais e regionais, alimentos produzidos de forma agroecológica e preparados a partir de receitas tradicionais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: ECOA/UFV; CTA-ZM; Sintrafs; STRs.

14. Identificar, visibilizar e proteger as comunidades de terreiro (umbanda, candomblé e demais de matriz africana) da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Conselhos municipais de promoção da igualdade racial; Fomene.

15. Realizar encontro de mestras e mestres populares, dentre elas/es, cozinheiras, benzedeadas e parteiras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos e organizações sociais; Ministério da Cultura; prefeituras.

16. Realizar Caravana Quilombola com enfoque no protagonismo das mulheres durante o seu processo de construção e de execução.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Rede Sapoqui; Fomene.

17. Ampliar os estudos e os diálogos sobre as lutas populares a partir das histórias de conquistas e de resistências da região.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; movimentos sociais.

18. Incentivar, com apoio financeiro e projetos, grupos de teatro, musicais e danças populares.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias municipais de cultura; Secretaria Estadual de Cultura; Ministério da Cultura; universidades.

19. Incluir e fortalecer a cultura popular como uma das dimensões pedagógicas nas EFAs, evidenciando as práticas culturais regionais como parte do currículo e da agenda de ensino.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: AMEFA; Secretaria Estadual de Educação.

Meta 2: Ampliar processos e estruturas de comunicação comunitária e popular.

Iniciativas

1. Identificar iniciativas e promover ações de articulação de comunicação popular e comunitária, tais como jornais, rádios e demais meios de comunicação autônomos e comunitários.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Articulação Mineira de Agroecologia (AMA); comunicadoras/es populares; CTA-ZM.

2. Ampliar o debate sobre processos e ferramentas que incidam sobre a democratização da informação, assegurando participação das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

3. Fortalecer oficinas de comunicação popular preparatórias para os eventos populares, assegurando participação das mulheres e das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; AMA; comunicadoras/es populares.

4. Realizar encontros e formações para comunicadoras/es populares, assegurando participação das mulheres e das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: CTA-ZM; AMA; comunicadoras/es populares.

5. Criar projetos de cinema rural com a promoção de oficinas de audiovisual e exibição de filmes relacionados à agroecologia e à cultura popular no meio rural, assegurando participação das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Associações da agricultura familiar; Festival da Terra; Rede Sapoqui; Fomene; Associação agroecológica Écoletivo.

6. Realizar cursos de comunicação popular para mulheres e construir, de forma coletiva com as mulheres, folheto informativo dos movimentos da Zona da Mata, a exemplo do boletim “Nossa Roça”, do CTA-ZM.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Marcha Mundial das Mulheres; Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML); Organizações da Sociedade Civil.

7. Realizar eventos e espaços de interação nas EFAs e em espaços comunitários, tendo a cultura popular como dimensão prioritária e assegurando participação das mulheres e das juventudes.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: EFAs; associações comunitárias.

8. Sistematizar e divulgar, por vídeo, rádio e internet, as iniciativas, lutas e cul-

turas de mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Marcha Mundial das Mulheres; Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML); Organizações da Sociedade Civil; veículos de comunicação.

9. Construir agenda de lutas convergentes na região, tendo em vista datas de resistência, bem como campanhas e ações comunicativas e formativas específicas com a rede de escolas do território e com as demais organizações parceiras da agroecologia.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Fomene; ENEP.

10. Promover debates e formações sobre democratização da internet, visando instrumentalizar os movimentos e as organizações populares.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Movimentos sociais; Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

11. Promover formações para acesso a editais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias estaduais e federal de cultura.

Eixo 7: Saúde Popular e Práticas Tradicionais

Meta 1: Promoção do Saneamento Ambiental e Ecológico com vistas à saúde ambiental e das pessoas e para propiciar solo e águas livres de resíduos químicos e outras fontes de contaminação.

Iniciativas

1. Implementar tecnologias sociais baseadas na bioconstrução e em outros saberes tradicionais nas comunidades rurais e urbanas, a exemplo das fossas biodigestora, séptica e evapotranspiradora.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Institutos federais; movimentos e organizações sociais; serviços municipais de água e esgoto; IGAM; Agência Nacional de Águas (ANA); SEMAD; comitês de bacias hidrográficas; Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG); prefeituras.

2. Incentivar o uso de filtros de barro e a separação das águas cinzas por meio do esgotamento ecológico integrado.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Institutos federais; movimentos e organizações sociais; serviços municipais de água e esgoto; IGAM; Agência Nacional de Águas (ANA); SEMAD; comitês de bacias hidrográficas; ARSAE-MG; prefeituras.

3. Promover a municipalização de leis que garantem a execução do saneamento ecológico integrado.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Câmaras municipais; conselhos municipais; prefeituras; Agência Nacional de Águas (ANA).

4. Incentivar e garantir análises microbiológica e química da água e o tratamento de água nas comunidades atingidas pela mineração e por agrotóxicos.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Institutos federais; movimentos e organizações sociais; serviços municipais de água e esgoto; IGAM; Agência Nacional de Águas (ANA); SEMAD; comitês de bacias hidrográficas; ARSAE-MG; prefeituras.

5. Implementação de Farmácias Vivas em áreas de reservas federais, estaduais e/ou municipais, almejando maior qualidade de solo e mananciais de solo.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Conselhos municipais de saúde; secretarias municipais de saúde; prefeituras; câmaras municipais.

Meta 2: Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) na região, a partir de ações de formação da população para ampliação de sua autonomia em relação à

SUS 



saúde e com a promoção do uso de práticas populares em saúde comprovadamente eficazes na prevenção e no controle de doenças.

Iniciativas

1. Realizar oficinas de planejamento e implantação de hortas medicinais e agroflorestas dentro das unidades do SUS.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Sintrafs; STRs; conselhos municipais de saúde.

2. Criar, implementar e gerir, de forma participativa, Farmácias Naturais, Farmácias Vivas, Boticas Agroecológicas e Casas de Saúde para a formação da prática de fitoterápicos, homeopantias e das práticas populares de saúde.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SUS; secretarias municipais de saúde; conselhos municipais de saúde.

3. Implementar Farmácias Vivas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Sintrafs; STRs; conselhos municipais de saúde

4. Destinar espaços e garantir condições de implementação e funcionamento de Farmácias Naturais e Boticas Agroecológicas, isto é, espaços de produção e manipulação dos fitoterápicos, pelos coletivos e associações locais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; conselhos municipais de saúde.

5. Construir e equipar as Casas de Saúde de forma adequada para receber os atendimentos de médicas/os da família/SUS, acolher a Botica Agroecológica e realizar cuidados e práticas populares de saúde.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; conselhos municipais de saúde.

6. Oferecer cursos para agentes comunitárias/os de saúde e servidoras/es da saúde voltados à utilização de produtos naturais.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; conselhos municipais de saúde; coletivos de saúde da agroecologia.

7. Incentivar, nas unidades de saúde dos municípios, formações sobre o uso de práticas populares de cuidados, como reiki, massagem, ventosa, argila, fitoterápicos, homeopatia, acupuntura, entre outras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; conselhos municipais de saúde; coletivos de saúde da agroecologia.

8. Propor e promulgar leis municipais que garantam a dotação orçamentária para a implementação das práticas populares de saúde nas unidades do SUS.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; câmaras municipais; conselhos municipais de saúde.

9. Divulgar, de forma ampla, as leis que garantem acesso e uso das práticas

populares no SUS, bem como informações sobre essas práticas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; câmaras municipais; conselhos municipais de saúde.

10. Criar calendário municipal do mês das práticas populares.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Prefeituras; SUS; câmaras municipais; conselhos municipais de saúde.

11. Ampliar as iniciativas relacionadas à homeopatia no contexto do SUS, considerando as práticas feministas e seu protagonismo e buscando implementação efetiva em ao menos um posto de saúde por município.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Grupo Entre Folhas/UFV; conselhos municipais de saúde.

12. Realizar uso mais efetivo e revitalizar espaços públicos adequados para a implantação de Jardins Medicinais (Saúde no meu Quintal).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; UFV; EPAMIG; CRAS; APAE; Sintrafs; STRs.

13. Ampliar e fortalecer as delegacias regionais para enfrentar a violência contra as mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Conselhos municipais de direito das mulheres; câmaras municipais; prefeituras; Ministério das Mulheres.

Meta 3: Reconhecer e fortalecer o protagonismo de práticas feministas e dos povos e comunidades tradicionais em todas as suas formas de saberes e conhecimentos na promoção da saúde.

Iniciativas

1. Promover turmas específicas de Educação de Jovens e Adultos, destacando o atendimento de grupos das mulheres atuantes na área da saúde, garantindo infraestrutura, como transporte e funcionamento noturno das escolas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretaria Estadual e secretarias municipais de Saúde e Educação; organizações sociais; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Fomentar e garantir atendimentos especializados, individuais e coletivos, relacionados à saúde mental, fortalecendo as redes de cuidados no território e de proteção, por exemplo, contra o feminicídio, como casas de acolhimento e apoio a mulheres em situação de violência.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SUS; secretarias municipais de saúde; emendas parlamentares; organizações e movimentos sociais; universidades; institutos federais; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; governos municipais, estadual e federal.

3. Promover encontros, eventos, cursos e intercâmbios de práticas curandeiras,

de benzeções, parteiras, mestras e mestres griôs dos territórios e demais portadores de saberes tradicionais, tais como práticas populares de saúde integrada desenvolvidas e praticadas nos terreiros e outros espaços de cultos religiosos de matriz africana e indígenas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; organizações e movimentos sociais.

4. Identificar, sistematizar e publicar materiais em linguagem acessível, voltados a pessoas de referência em práticas e saberes tradicionais em saúde, abordando temas como uso de plantas medicinais, práticas curandeiras, benzeções, entre outros.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Universidades; institutos federais; governo federal (destacando Embrapa); governo estadual (destacando Emater e EPAMIG); governos municipais; organizações e movimentos sociais; ENEP.

5. Fortalecer as iniciativas de práticas coletivas de saúde, cursos de bioenergética, homeopatia e outras terapias, garantindo a participação de agricultoras e outras mulheres.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emater; Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; organizações e movimentos sociais; SUS; secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; conselhos municipais de saúde; universidades; institutos federais; Pastorais da Criança; Pastorais da Saúde; STRs; Sintrafs.

6. Viabilizar oficinas para mulheres sobre mudanças de hábitos em práticas cotidianas não ecológicas, visando fortalecer ações de autocuidado, cosmética natural e saúde que não gerem resíduos e poluentes e que promovam a saúde.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; organizações e movimentos sociais; SUS; secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; conselhos municipais de saúde; universidades; institutos federais; Pastorais da Criança; Pastorais da Saúde; STRs; Sintrafs.

7. Promover mecanismos formais de diálogo, tais como Programas Regionais de Acompanhamento das Gestantes e oficinas sobre temas como Parto Humanizado, entre doulas populares, parteiras, médicas/os e demais profissionais da saúde, pastorais e conselhos municipais de saúde, para estabelecimento de rotinas e procedimentos relacionados ao parto.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; organizações e movimentos sociais; SUS; secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; universidades; institutos federais; Pastorais da Criança; Pastorais da Saúde; conselhos municipais de saúde e de direitos das mulheres; equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF); Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher; movimentos feministas.

8. Criar mecanismos formais que apóiem as denúncias sobre violência, inclusive a violência obstétrica, visando sua redução.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: SUS; secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; universidades; institutos federais; conselhos municipais de saúde e de direitos das mulheres; equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF); Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher; movimentos feministas.

Meta 4: Elaborar e executar programas que integrem e fortaleçam a articulação entre saúde e agroecologia.

Iniciativas

1. Priorizar modelos de implementação de fitoterapia baseados na autossustentabilidade, tais como as Farmácias Vivas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; grupos de agroecologia; conselhos municipais de saúde; movimentos sociais; universidades; institutos federais; governo federal; Embrapa; Emater; EPAMIG.

2. Fortalecer o cultivo e o beneficiamento de plantas medicinais, com vistas à autossustentabilidade, como o Arranjo Produtivo Local (APL) e/ou plantas presentes nos quintais, possibilitando a conciliação com políticas federais já implementadas, tais como Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia (PNPMF) e Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), além de programas estaduais, tais como Componente Verde da Rede Farmácia de Minas e Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) e Saúde no Meu Quintal.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Secretarias municipais e Secretaria Estadual de Saúde; grupos de agroecologia; conselhos municipais de saúde; movimentos sociais; universidades; institutos federais; governos federal (destacando Embrapa); governo estadual (destacando Emater e EPAMIG); emendas parlamentares.

3. Viabilizar a oferta de cuidados à saúde e a visibilidade das práticas populares de cuidados, conciliando com a educação em saúde prevista nas legislações vinculadas ao SUS e Estratégia Saúde da Família (ESF), como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; Troca de Saberes; MST.

4. Realizar e promover oficinas, cursos e intercâmbios sobre práticas integrativas complementares, produção e uso de fitoterápicos, fabricação de pomadas, aplicação de massagens, reiki, reflexologia, argiloterapia, benzeções, aplicação de ventosas, acupuntura, entre outras práticas populares da saúde.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; movimentos populares.

5. Promover formações em práticas de manejo agroecológicas, tais como integração dos animais nos agroecossistemas, alimentação, uso veterinário de

fitoterápicos e homeopatia, entre outras.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; movimentos populares.

6. Subsidiar a realização de intercâmbios entre comunidades que possuem experiências em saúde, tais como saneamento rural, fitoterápicos, benzeções, homeopatia, manejos agroecológicos de animais, entre outros, para o fortalecimento, a visibilidade e o aperfeiçoamento de suas práticas.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; movimentos populares.

7. Subsidiar publicações elaboradas coletivamente vinculando o conhecimento científico à sabedoria popular.

Responsáveis e/ou Mobilizadoras/es: Emendas parlamentares; universidades; institutos federais; governos municipais, estadual e federal; câmaras municipais; movimentos populares.

Referências

AGROECOLOGIA EM REDE. **Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata**. [S. l.]: AeR, 2022. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/polo-agroecologico-e-de-producao-organica-da-zona-da-mata/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ALMEIDA, Angélica et al. Certificação orgânica participativa no Polo Agroecológico da Zona da Mata mineira. **Nossa Roça Tecnologia Social**, n. 10, fev. 2020a. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/certificacao-organica-participativa-no-polo-agroecologico-da-zona-da-mata-mineira-318.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ALMEIDA, Angélica et al. Estrutura e controle social na certificação participativa da Zona da Mata mineira. **Nossa Roça Tecnologia Social**, n. 11, maio 2020b. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/estrutura-e-controle-social-na-certificacao-participativa-da-zona-da-mata-mineira-330.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ALMEIDA, Silvio Gomes. Experiência de T.A. na organização dos pequenos produtores: comentários. **Proposta: experiências em educação popular**, v. 27, n. 4, p. 16–19, nov. 1985.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; JOB SCHMITT, Claudia. Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na Zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: Novas formas de governança nas políticas públicas? **GIGAPP Estudios Working Papers**, Madrid, v. 4, n. 74, p. 379–398, 2017. Disponível em: <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/81>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CAPUCHINHO, Michelle. MST ocupa e preserva a história na Zona da Mata Mineira. **Notícias-MST**, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/06/mst-ocupa-e-preserva-a-historia-na-zona-da-mata-mineira/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Aprendendo e ensinando com a extensão: possíveis caminhos para uma Geografia engajada. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: AGB, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467575417_ARQUIVO_extensaoegeografia.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; JOB SCHMITT, Claudia; OLIVEIRA, Daniela. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 15–42, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28128>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **“Municípios Agroecológicos” vira mapa de boas práticas de incentivo à produção de alimentos.** Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020b. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/municipios-agroecologicos-vira-mapa-de-boas-praticas-de-incentivo-a-producao-de-alimentos-710>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Estudo divulgado pela ANA aponta desmonte das políticas públicas federais.** Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020a. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/ana-apresenta-propostas-de-politicas-de-apoio-a-agricultura-familiar-agroecologia-e-soberania-e-seguranca-alimentar-702>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CONTE, Guilherme Menezes. A fogueira de São Pedro. **Nossa Cultura na Roça**, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/nossa-cultura-na-roca-fogueira-de-sao-pedro-44.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL. **Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, SPG-Floriô, é credenciado no Ministério da Agricultura.** Viçosa: DER, c2020. Disponível em: <https://der.ufv.br/informativo/sistema-participativo-de-garantia-da-qualidade-organica-spg-florio-e-credenciado>

-no-ministerio-da-agricultura/. Acesso em: 12 abr. 2025.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Viçosa: IPPDS; UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MARINHO, Wanessa. **Articulação Mineira de Agroecologia apresenta propostas do movimento agroecológico para as eleições municipais**. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/articulacao-mineira-de-agroecologia-apresenta-propostas-do-movimento-agroecologico-para-as-eleicoes-municipais-708>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MENEZES, Guilherme. Festa de Nossa Senhora do Rosário no Quilombo Córrego do Meio: tradição, ancestralidade e religiosidade. **Nossa Cultura na Roça**, n. 2, out. 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/festa-de-nossa-senhora-do-rosario-no-quilombo-corrego-do-meio-311.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.146, de 14/01/2014**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo – e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21146/2014/?cons=1>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.207, de 27/12/2018**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23207/2018/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.939, de 23/09/2021**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23939/2021/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.176, de 14/06/2022**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24176/2022/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 25.036, de 26/11/2024**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do seu Colar Metropolitano. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/25036/2024/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MOURA, Lílian. **Construção do Plano Regional do Polo Agroecológico da Zona da Mata segue avançando de maneira virtual**. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/construcao-do-plano-regional-do-polo-agroecologico-da-zona-da-mata-segue-avancando-de-maneira-virtual-695>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MYERS, Norman et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, New York, v. 403, n. 6772, p. 853–858, fev. 2000. Disponível em: <https://www.na>

ture.com/articles/35002501. Acesso em: 4 jul. 2024.

NEVES, Michele; TEIXEIRA, Matheus; SILVA, Dowglas. Do latifúndio à terra produtiva: 14 anos da ocupação do Assentamento Dênis Gonçalves. **Notícias-MST**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/25/do-latifundio-a-terra-produtiva-14-anos-da-ocupacao-do-assentamento-denis-goncalves/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Rafael Monteiro de et al. Quintais da agricultura familiar: relíquias do passado, pérolas do presente, tesouros do futuro. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. p.166-185. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PASINI, Isabela Leão Ponce et al. Polo agroecológico e de produção orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. **Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9353>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PASINI, Isabela. **Conheça a Campanha Periferia Viva**. Viçosa: CTA-Zona da Mata, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/conheca-a-campanha-periferia-viva-706>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ROMUALDO, Paula Lima et al. Desafios e potencialidades da produção de leite no Assentamento Olga Benário. **Nossa Pesquisa na Roça**, n. 10, jul. 2016. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/desafios-e-potencialidades-da-producao-de-leite-no-assentamento-olga-benario-276.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SCHMITT, Claudia Job. **Agroecologia, políticas públicas e transições socio-técnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. n. 409772/2013-5. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

TEIXEIRA, Heitor Mancini et al. Understanding Farm Diversity to Promote Agroecological Transitions. **Sustainability**, v. 10, n. 12, p. 4337, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/12/4337>. Acesso em: 12 abr. 2025.

WEID, Jean Marc Von der. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. **Proposta: experiências em educação popular**, v. 27, n. 4, p. 9-13, nov. 1985.



Este documento foi produzido com recursos do Termo de Execução Descentralizada n. 946753/2023, celebrado entre Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). O Projeto apoiou diversas ações do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais, bem como a produção de documentos e materiais audiovisuais entre 2023 e 2025.

COMISSÃO COORDENADORA DO TED

Felipe Nogueira Bello Simas (Agrônomo, D.Sc. Solos e Nutrição de Plantas, ECOA/ DPE/UFV) | Irene Maria Cardoso (Agrônoma, PhD Ciências Ambientais, DPS/ECOA/UFV) | Isabela Leão Ponce Pasini (Geógrafa, Mestra em Extensão Rural, CTA-ZM) | Roberta da Silva Leite Cardoso (Cientista Social, CTA-ZM) | Aparecida Eli Fátima Celestino (Educadora do Campo, Rede SAPOQUI).

BOLSISTAS

Alessandra Bernardes Faria Campos (Geógrafa, Doutora em Educação, ECOA/ DPE/UFV) | Camila Raimunda Carvalho dos Santos (Agroecóloga, Mestra em Agroecologia, ECOA/ DPE/UFV) | Claudinea Aparecida Ferreira (Educadora do Campo, MAM) | Franklin de Jesus Pereira (Educador do Campo, Mestre em Biotecnologia, ECOA/DPE UFV) | Renata de Souza Gomes (Educadora do Campo, Agricultura Agroecológica) | Tatiane Taiga (Bacharel em Comunicação Social e Jornalismo).

ESTAGIÁRIAS/ES/OS

Ana Luísa Rodrigues (Graduanda em Bacharelado em Comunicação Social/UFV) | Isabela Mendes Cristino (Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo/UFV) | Luan Amorim de Paiva (Graduando em Licenciatura em Dança/UFV) | Luiza de Sousa Garcia (Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo/UFV).



